

# Diário do Legislativo de 17/12/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária

1.2 - 421ª Reunião Ordinária Interrompida - Destinada a Homenagear D. Geraldo Majela de Castro

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 12/12/2002

Presidência do Deputado Marco Régis

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Mauri Torres - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ambrósio Pinto - Bilac Pinto - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Irani Barbosa - João Paulo - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marco Régis - Sebastião Costa.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para as reuniões extraordinárias de terça-feira, dia 17, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: ( - A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 11/12/2002

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite - Palavras do Bispo D. Décio Zandonade - Palavras do Arcebispo D. Geraldo Majela de Castro - Entrega de placa e flores.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Revmos. D. Décio Zandonade, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes de Araújo; D. Geraldo Majela de Castro, primeiro Arcebispo de Montes Claros; Pe. Pedro Leônidas da Silva, representante do clero de Montes Claros; Pe. Antônio Carvalho, da Paróquia Jesus Missionário, representando o clero da Arquidiocese de Belo Horizonte; e o Deputado Luiz Tadeu Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença de Leila Mesquita Gomes, da Coordenação Arquidiocesana Pastoral, Pastoral da Criança, em Montes Claros; do Diácono Fernando Figueiredo Veloso, da Arquidiocese de Montes Claros; de Fabíola Imaculada Souto, da Associação Bom Pastor, Comunidade Esdras, da Arquidiocese de Montes Claros; Antônio Jáder Ferreira, Coordenador Pastoral Familiar da Arquidiocese de Montes Claros; Regina Célia Freire Pinheiro, da Diretoria Executiva da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa - ADCE -; Jarbas Gusmão Pinheiro, Presidente da ADCE; e Vicente de Paulo Fernandes Leal, Presidente da Legião de Assistência Recuperadora O Nosso Lar; José Francisco da Silva, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais; Alvimar Ribeiro dos Santos, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra; Lourdes de Fátima Cordeiro, da Coordenação Diocesana da Pastoral da Criança; Eduardo Souza, da Arquidiocese de Montes Claros; Iole Margareth de Carvalho, da Legião de Maria, Arquidiocese de Montes Claros; Expedito Mariano da Silva, Conselheiro Paroquial da Catedral de Montes Claros.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear D. Geraldo Majela de Castro pela sua nomeação como primeiro Arcebispo de Montes Claros e a comemorar a instalação da Província Eclesiástica do Norte de Minas.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. D. Décio Zandonade, D. Geraldo Majela de Castro, Pe. Pedro Leônidas da Silva, Pe. Antônio Carvalho, Deputado Luiz Tadeu Leite, colegas Deputados, minhas senhoras, meus senhores, representantes de pastorais e movimentos religiosos e sociais da Arquidiocese de Montes Claros, esta Presidência tem a grande satisfação de homenagear o primeiro Arcebispo de Montes Claros, D. Geraldo Majela de Castro, por iniciativa do Deputado Luiz Tadeu Leite. D. Geraldo, há um ano respondendo pelo novo arcebispado, é responsável, há duas décadas, pela diocese dessa cidade, inicialmente como Bispo Coadjutor e, a partir de 1988, como Bispo Diocesano.

No próximo ano, comemoraremos o jubileu de ordenação dessa grande vocação apostólica, também dedicada ao ensino, pois foi professor, mestre de noviços e mestre de professos, antes de se tornar o superior da comunidade dos premonstratenses, a ordem religiosa da qual provém.

Para o Norte de Minas e, especialmente, para Montes Claros, é motivo de muita alegria que seu primeiro Arcebispo seja um sacerdote montes-clarense de nascimento e exibindo a belíssima biografia de D. Geraldo Majela.

Pertence nosso homenageado a uma ordem ainda pouco conhecida, pois ela aqui só aportou no final do século XIX, assumindo, com seus primeiros missionários, a administração do Santuário de Bom Jesus de Pirapora, no Estado de São Paulo. Logo, vários colégios seriam fundados em diversos Estados brasileiros, incluindo o Rio de Janeiro, Petrópolis, e o Rio Grande do Sul, Jaguarão.

São os premonstratenses, contudo, uma comunidade que remonta à Idade Média e tem como patrono São Norberto, um príncipe holandês desde criança destinado à carreira eclesiástica e que optou por uma vida austera e penitente. Em sua jornada de peregrino, percorrendo a Europa a pé, reconciliou homens e mulheres à beira de uma guerra, converteu pecadores e convenceu agiotas a cessar sua vergonhosa exploração. Seus votos religiosos incluíam a obediência, o celibato consagrado e a pobreza. Sua ordem é fundada, no Natal de 1121, na cidade de Prémontré, daí o nome que passa a exibir, logo se espalhando pela França, Holanda e Alemanha. Ela é também conhecida como a ordem de São Norberto, estruturada com base no amor, na humildade e na mansidão, seguindo o Cristo pobre. D. Geraldo Majela, fiel discípulo de São Norberto, tem dado, em sua missão, o testemunho de fiel seguidor do Evangelho, em que a vocação religiosa não depende do poder nem da riqueza. Do próprio Evangelho tirou seu lema pessoal, em latim "ite et vos", que se traduz por "ide também vós". Essa é a missão dos apóstolos de Cristo, que, no texto de São Mateus, ouvem de Jesus a convocação para irem em busca das ovelhas perdidas: "e, indo, pregai, dizendo: é chegado o reino dos céus". Os apóstolos, ainda segundo o Evangelho de Mateus, não devem possuir ouro nem prata nem cobre em seus cintos. Não terão alforjes em seu caminho, nem duas túnicas, nem sandálias, nem bordão; porque digno é o operário de seu alimento.

D. Geraldo tem ido, levando a palavra e a paz dos apóstolos, em sua vida de homem, de religioso, de brasileiro. Perseguindo o exemplo de São Norberto, seu caminho de peregrinação pela fé, que o levou a vários lugares do Brasil, conduziu-o de volta à sua cidade natal. Muito justamente, entra para a história como o primeiro Arcebispo de Montes Claros.

Desde a época em que era sacerdote, há 20 anos, conheço D. Geraldo, inicialmente como estudante de Teologia na PUC de São Paulo, onde tive vários colegas premonstratenses, Osvaldo, Toninho e tantos outros. Nas últimas duas décadas, assessorarei atividades pastorais na Arquidiocese de Montes Claros, em trabalhos das CEBS, da Pastoral Operária, da Terra e da Criança. Portanto, podemos testemunhar a favor de D. Geraldo, pastor sempre atento às necessidades de suas ovelhas, possuidor de profunda sensibilidade social, nos moldes dos padres dos primórdios da Igreja, sempre defendendo a causa dos pobres, dos esquecidos pela sociedade. Como professor, tenho a alegria de ter muitos irmãos de congregação de D. Geraldo, como nossos alunos, dotados de carisma e com os quais muito se aprende. A congregação premonstratense une a tríplice função do cristão: o compromisso com a oração, o engajamento na luta pela justiça e a missão como questão primordial. No tripé dos premonstratenses, vemos grande carisma e convocação da Igreja num mundo tão capitalista, de tantas contradições e exclusões. Resgatar isso é resgatar o verdadeiro espírito de Cristo nos dias de hoje.

Frei Carlos Josafá, com 80 anos de idade, na última quarta-feira, deu palestra no Instituto São Tomaz de Aquino. Recuperou sua obra histórica

de 40 anos, "Evangelho e Revolução Social". Os princípios famosos de que trata em sua obra foram a luz para nós, cristãos engajados na política. Para ele, ser cristão hoje e assumir o espírito de Cristo é, antes de tudo, assumir o compromisso com a transformação social, com engajamento. Não se é cristão achando que será religião da vida privada. Vemos, portanto, em D. Geraldo esses princípios tão latentes.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Casa dos representantes do povo, alia-se a essa alegria. No entanto, não homenageia apenas a autoridade da Igreja. Queremos, sobretudo, festejar os 50 anos de sua vida sacerdotal, a se completarem no próximo ano. Que se abram hoje as comemorações, por parte do povo mineiro, do jubileu de D. Geraldo Majela de Castro, que seja feito com fecundidade, alegria e espírito cristão! Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite

Exmos. Srs. Deputado Durval Ângelo, que aqui, neste ato, representa o Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio; Revmo. D. Décio Zandonade, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o Revmo. Arcebispo de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes de Araújo; Revmo. D. Geraldo Majela de Castro, DD. Arcebispo da Província de Montes Claros; Revmo. Pe. Pedro Leônidas da Silva, representante do clero de Montes Claros, que também compõe a Mesa; Revmo. Pe. Antônio Carvalho, da Paróquia de Jesus Missionário, desta Capital; Srs. Deputados aqui presentes; representação da Província de Montes Claros, da Arquidiocese de nossa cidade, que vieram participar desta reunião, representando principalmente as pastorais da Arquidiocese; um cumprimento especial ao amigo de Montes Claros, do Norte de Minas, Sr. José Carlos Vale de Lima, que também se faz presente nesta ocasião; nossos cumprimentos também àqueles que nos acompanham ao vivo, pela TV Assembléia; minhas senhoras e meus senhores:

- Lá vêm os padres brancos...

Era assim que as pessoas saudavam aqueles verdadeiros desbravadores da fé, os bandeirantes que buscavam pedras preciosas, essas pedras preciosas que eram as almas que precisavam ser salvas.

Foi assim que apareceram, em Montes Claros, nos idos de 1903, os padres premonstratenses, oriundos da região de Liège, na Bélgica, a partir do trabalho iniciado na Abadia de Park. Vieram os padres devotos de São Norberto, daí a referência aos padres brancos ou padres de batina branca que os caracterizavam, os norbertinos, com a missão de evangelizar no Brasil. Chegaram a Montes Claros e, entre os primeiros, estavam o Pe. Chico, Cônego Francisco Moureaux, e o Pe. Carlos Vincart. Muitos anos depois, em 1948, o Pe. Chico, juntamente com o Pe. Murta, Aderbal Murta de Almeida, fundaram a Escola Apostólica São Norberto.

Quando, em 1963, aos 10 anos de idade, fui levado para o seminário pelas minhas tias, que tinham como sonho ter um padre na família, encontrei uma grande comunidade norbertina já instalada. Naquela época, a Escola Apostólica vivia seus mais movimentados dias, isso medido pelo número de seminaristas, que passavam dos 200. Ali encontrei muitos padres, almas santas que conduziam nossas vidas, entre eles, o Pe. Fabiano, o Ir. Sebastião, os Pes. Amando, Tiãozinho, Quirino, Dudu, que era o nosso superior, e o Pe. Geraldo, nosso Reitor. Depois, ordenaram-se sacerdotes o Pe. João Batista Lopes, Pe. Zuba, Pe. Marcelo e Pe. Ricardo Chaves, que hoje é Arcebispo de Pouso Alegre. Benditos dias, aqueles, que passamos no seminário. Fui um dos mais beneficiados, porque ali permaneci durante cerca de oito anos. Quase tudo que sou hoje devo àquela casa, porque ali tive um lar, uma família, o melhor aprendizado, a melhor formação humanística. Ali, recitava poesias e praticava oratória nas sessões do Grêmio Literário Pe. Chico, jogava futebol, fazia excursões, ajudava nas missas, e, principalmente, formava-me para a vida com educação sólida e cristã. Dos meus contemporâneos saíram poucos padres. Lembro-me do Pe. Osvaldo, mas, sem dúvida, aquela escola formou bons cristãos, bons pais de família e grandes profissionais em todas as áreas de atuação humana: médicos, advogados, professores, bancários e até políticos.

Aprofundo-me nessas reminiscências para, como dizia Ulisses, começar pelo começo. Deus plantou em Montes Claros uma semente fecunda que se transformou em árvore prodigiosa pelo seu efeito transformador. Dessa árvore colheram-se muitos frutos: os cidadãos que a Escola Apostólica formou, os sacerdotes que ordenou, e, entre eles, o então seminarista João José de Castro, o Pe. Geraldo, que foi o nosso reitor, filho de D. Ana e Seu Eunápio, amigos das minhas tias Didi, Mina e Gessé, ele que depois foi sagrado Bispo da Diocese de Montes Claros.

D. Geraldo Majela de Castro, montes-clarense de nascimento e de coração, arraigado naquela terra e amalgamado com ela e com seu povo, sempre foi tido, havido e respeitado como um facho de luz de conhecimento invulgar, dotado de grande equilíbrio, a ponto de permanecer acima das disputas menores, e, mesmo assim, ouvido por todas as correntes políticas de Montes Claros e da região.

O mesmo D. Geraldo Majela de Castro, depois de muitos anos de bispado, mercê do seu trabalho evangelizador e da grande proficiência de suas ações, acabou viabilizando, pelas mãos de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, a elevação da Diocese de Montes Claros à condição de Arquidiocese, sendo ele, D. Geraldo, sagrado o seu primeiro Arcebispo.

Para nós, que fomos seus alunos na velha Escola Apostólica, que tivemos o privilégio de ser testemunhas vivas de um exemplo de vida voltada para os mais humildes, sempre fiel à doutrina social da Igreja, moldada pelos três votos perpétuos que fazem os premonstratenses - pobreza, castidade e obediência - foi motivo da mais recôndita alegria a instalação da Arquidiocese, ainda mais tendo a dirigi-la esse ser humano de qualidades morais e espirituais sem dimensão palpável, pois é, para todos nós, exemplo de um verdadeiro sacerdote: aquele que veio para servir. Mesmo com pouco tempo de instalação, a Província de Montes Claros, dirigida por D. Geraldo, já começa a mostrar o seu potencial e as suas realizações, das quais a mais importante, conforme se constata, é a valorização do trabalho do leigo nas igrejas, que são administradas pelos leigos, através dos diversos Conselhos Pastorais. E a Pastoral que mais cresceu, sem dúvida, foi a da Família.

Recentemente, no Vaticano, D. Geraldo se surpreendeu e se ruborizou quando ouviu, em uma das secretarias que auxiliam o Santo Padre, o Papa, o elogio público a esse trabalho que tem sido um exemplo para as Américas e até para o Velho Continente.

Um estilo de D. Geraldo, que foi aplicado e que vem tendo excelentes resultados é a reunião, duas vezes por ano, obrigatória, dos bispos que compõem a província - de Januária, Janaúba, Paracatu e Montes Claros -, quando se traçam os planos e as metas de uma atuação mais dinâmica e mais próxima do povo, da igreja de Deus. Outra ação pioneira é uma reunião, uma vez por ano, de todos os padres da província, quando se discutem as novas linhas da Igreja e a forma de juntos, clérigos e leigos, buscarem a concretização da comunidade viva, voltada para o bem comum.

É por essas razões que, por nossa iniciativa, esta Casa, hoje, transforma a primeira parte da reunião ordinária em reunião especial, para brindar à instalação da Arquidiocese da Província de Montes Claros, bem como à nomeação, pelo Papa João Paulo II, de D. Geraldo Majela de Castro como nosso Arcebispo.

O Senhor Deus, na sua infinita sabedoria, já nos cobriu de bênçãos quando nos concedeu tamanha dádiva e, de há muito, já havia concedido a D. Geraldo todos os predicados de que precisa lançar mão para exercer com sabedoria, integridade e desvelo o seu ofício sacerdotal à frente da nossa Arquidiocese.

Quem hoje homenageia D. Geraldo Majela de Castro, Arcebispo de Montes Claros, não são apenas os seus ex-alunos da Escola Apostólica São Norberto, que receberam dele as melhores lições de vida, mas também todo o povo católico de Montes Claros, do Norte de Minas e da região provincial - são todos os seus amigos, seus irmãos, sobrinhos, primos e cunhados. Prestam a D. Geraldo, por intermédio desta Casa, nesta sessão solene, esta homenagem todas as milhares e milhares de almas que um dia receberam os eflúvios das suas bênçãos, de seu exemplo e de sua vida.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero, em primeiro lugar, cumprimentar D. Geraldo, a comitiva de Montes Claros e V. Exa. pela feliz iniciativa de prestar esta homenagem ao nosso Arcebispo.

Tenho certeza de que as suas palavras refletem as de todos os montes-clarenses e norte-mineiros, que reconhecem o trabalho fantástico que D. Geraldo tem feito em nossa região.

E, ao lado da magnitude desta reunião, não podemos deixar de ressaltar a preocupação social de D. Geraldo e o trabalho que vem realizando em torno dos mais necessitados de todo o Norte de Minas. Antes mesmo de o nosso Presidente eleito, Lula, desencadear um trabalho social e falar em um trabalho para matar a fome, a Pastoral de Montes Claros, sob a coordenação de D. Geraldo já vinha atuando nesse sentido. Trata-se de um trabalho fantástico. V. Exa. falou da Pastoral da Família. É uma coisa que reflete, na verdade, o espírito cristão, o espírito católico que a Arquidiocese de Montes Claros empreende em todo o Norte de Minas. Não poderia deixar também de lembrar o fantástico trabalho de conscientização da Pastoral da Criança. Muitas vidas foram e estão sendo salvas graças à Pastoral da Família, que tem recebido imensa dedicação das pessoas, leigos e católicos. Deputado Luiz Tadeu Leite, cumprimento-o pela feliz iniciativa desta reunião solene para homenagear, não só D. Geraldo, como também a Arquidiocese e os padres de Montes Claros, e ainda, as várias paróquias que a compõem. É uma homenagem a todos os católicos e cristãos do Norte de Minas que, de mãos dadas, promovem um fantástico trabalho, sob a coordenação de D. Geraldo Magela de Castro, nosso Arcebispo. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta por irmanar-se a nós, nesta homenagem. Cedo aparte ao Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira (em aparte) - Quero também, Deputado Luiz Tadeu Leite, irmanar-me com V. Exa. por seu pronunciamento, pela sua homenagem a D. Geraldo, referência não só de Montes Claros e do Norte de Minas, mas de Minas Gerais e do Brasil. Acho que nosso Presidente, o Deputado Durval Ângelo, sintetizou o que D. Geraldo representa para nós. O Deputado Luiz Tadeu viveu praticamente toda sua infância e juventude sob os mandamentos e sob a companhia desse santo padre, D. Geraldo. Saúdo todas as pastorais aqui representadas e queria dar um abraço especial em nome de Lilita. Saúdo todos que aqui vieram. Quero dar um abraço em D. Geraldo.

Todas as homenagens são poucas ao senhor, porque o senhor representa muito para a comunidade de Montes Claros e, em especial, para minha família e meus amigos. Estou sempre aos domingos na missa do Pe. Tiãozinho. Levo meus filhos para que possam também seguir os ensinamentos que o senhor passou para ele. Parabens, mais uma vez, o Deputado Luiz Tadeu Leite pela feliz homenagem a D. Geraldo e a toda a Igreja Católica de Montes Claros e Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradeço ao Deputado Gil Pereira, também representante da comunidade de Montes Claros nesta Casa. Cedemos aparte ao Deputado José Braga.

O Deputado José Braga (em aparte)- Agradeço V. Exa. pelo aparte. Não poderia ficar ausente nessa manifestação realizada pela Assembléia. Tenho a honra de representar o Norte de Minas por muitas outras razões. Também sou dessa diocese e, por consequência, dessa arquidiocese. Tive a alegria de ter sido educado naquela casa. No início da vida sacerdotal do Pe. Geraldo, tive a oportunidade de conviver com ele por três anos na Escola Apostólica. Dessa forma, não obstante a propriedade das palavras aqui pronunciadas, não poderia deixar de manifestar minha alegria e o reconhecimento de que V. Revma. teve participação efetiva em minha educação religiosa e, naturalmente, é também responsável por tudo que conquistei na vida.

Quereria agradecer a Deus por ter tido essa oportunidade e, ao mesmo tempo, desejar-lhe que continue nessa vida santa para a honra do Norte de Minas e para a grandeza do Brasil e de todos os cristãos. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradeço ao Deputado José Braga, também ex-seminarista da Escola Apostólica São Norberto. Cedemos agora aparte ao Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte) - Obrigado, Deputado Luiz Tadeu Leite, Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Durval Ângelo, D. Zandonade, caros companheiros Deputados e companheiros que vieram aqui trazer seu abraço e apoio para esse homem que devotou sua vida a fazer o bem. D. Geraldo, esta homenagem é de todo o povo mineiro e não apenas do Norte de Minas, porque, com certeza, o trabalho da sua arquidiocese ultrapassou as fronteiras do Norte de Minas, como bem falou nosso companheiro Deputado Luiz Tadeu Leite, chegando até ao Vaticano. Desejamos que, a partir de hoje, Deus lhe conceda muita saúde, porque outros predicados Deus já lhe concedeu. Nós, do Norte de Minas, que temos o privilégio de gozar dos seus ensinamentos, da sua amizade e do seu trabalho, temos uma vida melhor. Muito obrigado. Que lhe Deus dê muita saúde para que sua vida seja a mais longa possível, e que o bem que o senhor emana continue abençoando essa nossa Minas Gerais tão sofrida e tão necessitada de pessoas como o senhor. Obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradecemos ao Deputado Arlen Santiago por sua participação, incorporando-se ao conteúdo desta homenagem.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado Luiz Tadeu Leite. Não sou norte-mineiro, mas sou mineiro. Minas Gerais, presta esta justa homenagem a D. Geraldo Magela e à Arquidiocese de Montes Claros. Lembro-me de que, no lançamento da Década Mundial de Evangelização em Brasília, estava presente o saudoso D. Hélder Câmara, que era um dos conferencistas. Caminhávamos para o almoço, e D. Hélder entrou na fila. Todos correram para tirá-lo da fila, porque todos queriam servi-lo. Ele disse: "Vou permanecer aqui". E acrescentou: "Um gesto ensina muito mais que muitas palavras". A campanha da fraternidade lembrou-nos isso há alguns anos, quando dizia que as palavras convencem, mas os exemplos arrastam. No dia de hoje, quando ouvimos tão belos testemunhos de pessoas que tiveram o privilégio de conhecê-lo, D. Geraldo, há mais tempo, vemos que eles apenas fazem justiça àquilo que é sua pessoa. Quando vinha para a Assembléia Legislativa, observava as pessoas cruzando daqui para ali e me perguntava: "Será que cada uma dessas pessoas tem consciência da ação de Deus nesse momento de suas vidas?"

Muitas vezes passamos horas a fio sem nos lembrar do que a própria palavra de Deus diz. Se nos faltar a respiração, perecemos. Somos mantidos sempre por um milagre de Deus. A presença da Igreja tem sido um sinal visível de Deus. Tenho o privilégio de ter dois irmãos sacerdotes, uma irmã freira e a honra de ser fundador de uma comunidade de vida e aliança. Certa vez entrou um grupo de seminaristas, e o Reitor, naquela ocasião, disse: "Sei que nem todos sairão daqui como sacerdotes, mas nos sentiremos recompensados se saírem daqui bons cidadãos e bons cristãos".

Tenho certeza, D. Geraldo, de que V. Revma. não tem a exata dimensão de tantos frutos gerados primeiramente a partir do seu testemunho pessoal e, em segundo lugar, pela sua ação evangelizadora no sentido mais amplo que essa palavra possa alcançar. O Papa Paulo VI disse: "A

primeira e insubstituível forma de evangelização é o testemunho pessoal".

Então, sinto-me feliz em estar aqui com todos, prestando a V. Revma. essas justas homenagens. Quero dizer também que V. Revma. tem sido esse sinal visível da presença de Deus, enquanto cristão, Bispo e agora Arcebispo responsável por uma província.

Parabéns a V. Revma. Acho justo que o povo mineiro renda-lhe essas homenagens. Fico feliz em fazer parte dela. Parabéns, Deputado Luiz Tadeu Leite, pela sensibilidade de V. Exa. ao reivindicar essa sessão. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte) - Gostaria de expressar-me em nome da Diocese de Janaúba e da população do Norte de Minas. Na verdade, D. Geraldo, se, em alguns minutos, pensamos que nosso sertão está esquecido, ao olhar para o senhor temos a certeza de que é construído com a fé cega e a caridade, pontos fundamentais defendidos por nossa Igreja. Com humildade, vemos no senhor imagem muito mais próxima da de Deus.

Este é o momento de mostrar a Minas Gerais que o Arcebispo de Montes Claros se posicionou favoravelmente aos designados do Estado, os quais estão à beira de perder seus empregos, depois de trabalharem por 20 ou 25 anos. Atrasei-me um pouco, porque estávamos concluindo um documento que será assinado por todos os Líderes desta Casa e encaminhado ao futuro Governador, Aécio Neves. Contaremos também com o apoio fundamental do Líder do PT, que ora dirige a Casa.

Queremos consolidar na Assembléia uma lei, determinando que o tempo de serviço será o primeiro critério para continuar designando e contratando os funcionários públicos do Estado, a fim de que não possamos mais ver uma situação como a de D. Madalena, senhora que, há poucos dias, desmaiou quase nos braços do Governador Itamar Franco, pedindo-lhe piedade. Aquela cena representa a situação de cerca de 70 mil pessoas no Estado.

A carta encaminhada pelo senhor por meio desta companheira está registrada na Casa. E, se Minas Gerais conheceu-o por nossa voz, agora é importante que o conheça pessoalmente, por meio da TV Assembléia. É um bravo cavalheiro de Deus, um bravo sertanejo e, mais ainda, sabe fazer com que a alma fale mais do que as palavras, o olhar e o caminhar. Com sua profissão de vida, traz a fé viva de Cristo para todos nós. Obrigada porque o senhor existe e parabéns ao Deputado Luiz Tadeu Leite, por ter proposto esta homenagem.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradecemos o Deputado Miguel Martini pela felicidade das suas palavras, incorporando-se também a esta homenagem que o povo faz à Arquidiocese de Montes Claros e ao nosso Arcebispo.

D. Geraldo, hoje, os padres praticamente já não vestem as batinas brancas como antigamente. Brancas, diáfanas, puras e iluminadas, hoje, são as suas atitudes. As suas ações são o grande exemplo de vida, como o que nos oferecem. O branco da batina esvaiu-se nas vestes, mas impregnou-se em nossas vidas como marca. Marca indelével de grande obra que foi inspirada pelo Altíssimo, cunha fincada nos sertões montesclarenses que significará sempre a marca dos bandeirantes da fé, que foram os primeiros premonstratenses. Deus haverá de conceder-lhe, D. Geraldo, vida longa e feliz, para que continue vendo o efeito miraculoso de suas bondosas ações, razão maior de sua fecunda existência. Muito obrigado.

#### Palavras do Bispo Dom Décio Zandonade

Querido amigo Deputado Durval Ângelo, irmãos sacerdotes, meu grande amigo de quem me tornei admirador constante, D. Geraldo Majela de Castro, trago o abraço carinhoso e a admiração do Revmo. Cardeal D. Serafim Fernandes de Araújo, que é também representante legítimo da mineiridade extraordinária gerada pelo Norte de Minas. Nós, o Deputado Durval Ângelo e eu, mineiros-capixabas, temos que aprender muito dessa sabedoria imensa que se reúne em Minas Gerais.

Fico muito feliz por estar presente, como amigo pessoal. Desde que me tornei Bispo, senti um carinho particular por esse homem, porque, ao olharmos para ele, percebemos o rosto de Jesus; por isso me sinto tranqüilo em dizer que esta homenagem promovida pelo Deputado Luiz Tadeu Leite é mais do que justa, pois coloca em evidência alguém que nunca quer estar em público. D. Geraldo é o homem silencioso, da humildade, do recolhimento e da oração, mas nem por isso deixa de ser homem de profunda ação e transformação. Por isso fico tão feliz, trazendo essa homenagem pessoal e do Cardeal D. Serafim, pedindo a Deus que cada vez mais surjam homens e mulheres desse estilo na Igreja e na sociedade, que tenham essa cultura da mineiridade profunda, feita de recolhimento, simplicidade, diálogo e paciência, iluminados pela ampla ação do Divino Espírito Santo, que age em todos os corações. Agradeço essa oportunidade e dou-lhe um abraço muito carinhoso, D. Geraldo, por esse momento feliz. A Arquidiocese de Montes Claros foi, por muito tempo, uma Diocese "injustiçada", porque já se deveria ter tomado Arquidiocese há muito. O Norte de Minas fica esquecido em tantos aspectos, e isso também ocorre na Igreja, quando colocamos um pouco na sombra esses lugares tão fecundos de atividades bonitas, como ocorreu com a grande província eclesial de Montes Claros. E nada melhor do que ter à frente dela esse homem humilde e santo, D. Geraldo. Muito obrigado.

#### Palavras do Arcebispo Dom Geraldo Majela de Castro

Exmo. Deputado Durval Ângelo, D. Décio Zandonade, queridos Padres Pedro Leônidas da Silva e Antônio Carvalho; querido Deputado Luiz Tadeu Leite e todos os outros Deputados, principalmente aqueles que pertencem à bancada do Norte de Minas; Deputado Miguel Martini, que falou como que em nome das Minas Gerais; meus queridos irmãos e irmãs que vieram de Montes Claros comigo para recebermos aqui essa homenagem para nossa Igreja particular de Montes Claros; queridos amigos Dr. José Carlos Lima e D. Aparecida; meus queridos irmãos e irmãs que me assistem pela TV, talvez até alguns de Montes Claros, venho agradecer com muita simplicidade a homenagem que a Assembléia Legislativa do meu Estado vêm prestar-me neste instante. Tudo isso me lisonjeia e me faz ficar feliz, mas não sou mais meu - e digo isso de coração, entreguei-me completamente a Cristo, à Igreja e ao povo de Deus.

Dom Hélder foi lembrado aqui, esse santo Arcebispo que gostava de ser chamado Padre Hélder Câmara, não gostava de ser chamado de Dom Hélder Câmara. Um dia, fazia uma comparação, que exprime espiritualidade que muito me agrada: quando Jesus entrava solenemente em Jerusalém, montado num jumentinho, era aclamado pelo povo, que cortava ramos de oliveiras para O aplaudir e fazia um tapete com as próprias vestes para Ele passar. Cantavam hosana ao rei, ao filho de Davi. Toda esta homenagem, meus caríssimos Deputados da nossa terra, representantes do povo do meu Estado, é para Cristo, em primeiro lugar. Sou um jumentinho alegre e feliz porque me dei a Jesus e quero levá-lo a todos. Agradeço, por Ele e com Ele, todas as referências caridosas e sinceras de meus amigos, Deputados e Deputadas, de todos os meus outros amigos, e ainda do Deputado Durval Ângelo, que falou primeiro. Todos os que usaram a palavra, fizeram-no a mim, nesta manifestação.

A Cristo, primeiramente, toda a honra e toda a glória. Convido todos a nos amar em Cristo, com sentimento apaixonado. Se amarmos a Cristo com amor apaixonado e seguir o Evangelho, seremos bons cristãos e transformaremos o mundo. No Evangelho, encontramos tudo. Jesus nos ensina. Vamos deixar que Ele tome conta de nós. Vamos ser também um jumentinho, para levar Jesus a todos as atividades em que atuamos, inclusive a política. Como diz a CNBB, a política é uma arte da caridade. Se temos que amar ao próximo - como o Senhor nos recomenda -, o candidato, o eleito e aqueles que exercem cargos públicos devem procurar o bem comum, praticando a caridade em alta escala. Aí começa a transformação da sociedade e do mundo.

Estou aqui, como o jumentinho de Cristo, carregando a Igreja, que é a continuação de Cristo. O Santo Padre me escolheu para dirigir a Diocese de Montes Claros e posteriormente me fez Arcebispo dessa cidade. Se a Igreja é a continuação de Cristo, de Sua vida e de Sua missão, carrego também a representação da comunidade católica do meu Estado e de nossa província eclesiástica. Esta homenagem atinge a Igreja em todo o Estado, em todo o Brasil e no mundo inteiro. Está atingindo também o Santo Padre. Somos um só coração e uma só alma, de modo especial, nossa comunidade arquidiocesana e as pastorais aqui presentes. Que beleza a pastoral familiar! Temos que resgatar a família. Quando fizemos visita "ad limina", o Santo Padre, na apresentação final do seu pronunciamento, falou sobre a família e ressaltou a beleza da família mineira - tão atacada nos dias de hoje. Precisamos amar mais a Jesus, praticar o verdadeiro amor, o amor- doação. Assim, salvaremos a família.

Como é possível uma família viver debaixo de uma ponte, sem casa, sem emprego, sem saúde - e tudo aquilo que é necessário a esta -, sem a formação necessária, sem a educação. Muitas vezes, os meios de comunicação, por causa do ibope, usam a fraqueza das pessoas para atraí-las, tendo em vista a grande audiência, quando poderia haver maior audiência se apresentassem tanta coisa boa e bonita, as quais encontramos em famílias bem formadas. Olhem a importância da Pastoral Familiar, a da Criança, e de todas as outras.

Agradeço à Assembléia Legislativa o apoio que tem dado à Pastoral da Criança. Atualmente a acompanho aqui em Minas Gerais e percebo que aqueles que nos governam têm dado apoio, pelo que agradeço de coração. Vamos juntar as mãos e, em parceria, salvar as nossas crianças.

Aqui também, nesta Casa da Lei, o Deputado cheio de Cristo, cheio de amor, do Evangelho, pode fazer boas leis, para valorizar a cidadania. Há muita gente sem cidadania. Talvez essas pessoas nem se sintam cidadãs, pois, às vezes, são deixadas de lado, esquecidas. Percebemos que o Norte de Minas é esquecido. Quando viajamos, por exemplo, de Montes Claros para cá, vemos a estrada que está esburacada, há não sei quantos anos, em uma demonstração ao Brasil inteiro de descaso por nossa região. Sei que não depende da Assembléia Legislativa, e talvez nem do Governo do Estado, mas, quem sabe? - poderíamos fazer soar um grande grito vindo de todo o Estado, para que o Governo Federal escute e possa impedir que se percam vidas nos buracos daquela estrada. Isso é só um exemplo, além de uma porção de outras situações que precisamos ter ressaltadas no Norte do Estado.

Quero falar agora sobre a nossa igreja. É bom que na Assembléia Legislativa falemos um pouco sobre a história religiosa. (- Lê:)

"A primeira Província Eclesiástica criada em Minas Gerais foi a de Mariana, em 1906. O Brasil foi descoberto em 1500, e a Arquidiocese de Mariana, a primeira arquidiocese, surgiu somente em 1906. Depois, vieram a de Diamantina, criada em 1917, e a de Belo Horizonte, em 1924. Em 1962, o Santo Papa João XXIII organizou outras regiões do nosso Estado e criou as Províncias de Uberaba, Pouso Alegre e Juiz de Fora."

Em 1960, quando foi fundada Brasília, para que fosse criada a Arquidiocese de Brasília, fizeram com que a Arquidiocese de Paracatu passasse a pertencer à província de lá, por algum tempo. Nosso irmão D. Leonardo de Miranda Pereira percebeu que havia um deslocamento, pois a Diocese de Paracatu pertencia ao Estado de Minas Gerais, ao Regional Leste II, mas, na verdade, estava fazendo parte de uma província do Centro-Oeste de Brasília. Como estava deslocada, ele não sabia de quais reuniões participar. Por isso, abraçou a causa da criação da província de Montes Claros, para permitir que se resolvesse o impasse vivido em Paracatu. Essa causa foi abraçada também pelos irmãos D. Anselmo, Bispo de Janaúria, e D. José Mauro, de Janaúba. Muito nos ajudou também o nosso irmão, D. Geraldo Majela Reis, que está muito doente, quando igualmente abraçou essa causa e, principalmente, o seu sucessor, nosso irmão D. Paulo Lopes Faria, assim também como os Presidentes do Regional que durante muito tempo nos ajudaram. Nosso querido Cardeal de Belo Horizonte, D. Serafim, com os outros Bispos e Arcebispos de Minas Gerais e do Espírito Santo, do Leste II, abraçaram a causa e fizeram com que a Nunciatura Apostólica conversasse na Congregação. Assim, o Santo Papa João Paulo II, no dia 25/4/2001, criou a Província Eclesiástica de Montes Claros.

Vejo esta homenagem da Assembléia Legislativa não só para mim, mas também para a Província e para toda a nossa Igreja, que carregamos. Somos aquele burrinho que carregava Cristo. E a Igreja representa Cristo. Gostaria que essa homenagem fosse estendida a todos os nossos queridos irmãos Bispos da província, àqueles que foram Bispos de Diamantina e de toda Minas Gerais, do Espírito Santo, e ainda ao Cardeal D. Serafim e aos Presidentes que ficaram na Regional nesses anos. A todos eles, estendo esta homenagem que a Assembléia Legislativa me presta.

Esse gesto de comemorar a criação da nova Província em nosso Estado, vejo-o como demonstração de grande inteligência por parte da Assembléia. Penso que quando Montes Claros surgiu não tivemos a consideração que se deve a um acontecimento de muita importância. E sei que é de muita importância. Essa homenagem fica na história. A religião pode ser uma grande parceira na construção do bem comum.

Ao criar a Província de Montes Claros, o Papa fez também uma espécie de ato político eclesial, porque os Bispos e as Pastorais da região darão as mãos com aqueles que governam e ali trabalham para, todos juntos, elevarmos o Norte de Minas. Não gostaria de ser somente um sonhador, mas, nesta hora, quero ser um verdadeiro profeta, quando digo que estou antevendo um futuro brilhante para o Norte de Minas, baseado na fé em Deus e no esforço do povo lutador do sertão norte-mineiro. Gostaríamos que fosse ressaltada a visão da Assembléia Legislativa ao realizar este ato histórico, que ficará em seus anais. Agora, estamos todos sendo convocados para um mutirão para superar a miséria e a fome no País.

Neste momento, gostaria de tomar a liberdade de convocar os nobres Deputados desta legislatura e da que irá começar no próximo ano para nos darmos as mãos em favor de todos que ainda não têm sua cidadania assegurada e sua dignidade humana defendida.

Ao agradecer a unanimidade dos nobres Deputados e Deputadas que aprovaram esta homenagem à Arquidiocese e ao primeiro Arcebispo, o meu grande reconhecimento ao caríssimo amigo e antigo aluno Deputado Luiz Tadeu Leite - aquele jovem que se esforçava nos estudos, na arte oratória, no Grêmio Literário Padre Chico, mostrando-se tão cheio de ideais, na Escola Apostólica São Norberto.

Fico também alegre ao me lembrar do Deputado José Braga, de quem não me esqueço. Sua inteligência era enorme. A gente dava a aula, parecia que ele não estudava, mas sabia tudo. Era uma inteligência brilhante na nossa Escola Apostólica. O Deputado Luiz Tadeu Leite foi um jovem que lutou, cresceu e tornou-se um batalhador pelas causas do bem comum na política partidária. Fiquei muito sentido, porque os meus alunos, Luiz Tadeu Leite e José Castro Braga, não tiveram a sua reeleição garantida, embora tenham sido tão brilhantes em sua atuação e interessados na procura do bem comum. Também outros admiráveis Deputados não foram reeleitos. Isso é a democracia. Certamente, influirão na sociedade com o seu prestígio, sua experiência política e seu testemunho de vida, enquanto esperam para se oferecer novamente à votação do povo em uma outra eleição.

Em nome do povo católico do Norte de Minas, agradeço aos Deputados e Deputadas pelo empenho nestes quatro anos a serviço do bem de todos os cidadãos do Estado.

Estão presentes irmãos, irmãs, familiares, amigas e amigos, representando o povo cristão e as pastorais da nossa província eclesiástica. Todos somos como aquele burrinho que carregou o Senhor. Havia hora em que relinchava e balançava o rabo, pensando ser para ele todo o aparato que o povo tinha preparado. Sinto-me como aquele burrinho. Imaginem se, de repente, alguém, para homenagear a Cristo, colocasse um enfeite no animal. Este ficaria mais alegre ainda. Estou sentindo, como o burrinho, com toda a humildade e sinceridade, toda essa alegria que o povo da minha terra causa a mim, à nossa Diocese e às pastorais. Estendo essa homenagem prestada pela Assembléia Legislativa a todos os presentes. Sincera e humildemente, agradeço, desejando um santo e feliz Natal para todos. Muito obrigado.

## Entrega de Placa e Flores

O locutor - A Presidência fará a entrega a D. Geraldo Majela de Castro de uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A comunidade católica se regozija pela instalação da Província Eclesiástica no Norte de Minas, preciosa dádiva divina, bem como pela nomeação de D. Geraldo Majela de Castro como primeiro Arcebispo de Montes Claros. A homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais a tão ilustre personalidade".

- Procede-se à entrega de placa.

O Arcebispo D. Geraldo Majela de Castro - Penso que a minha carta vai valer. Escrevi-a de coração, porque o meu coração estava sangrando. Fui procurado por pessoas do interior, de municípios onde não há nada para se fazer. Estão trabalhando há tantos anos, já são queridas pela comunidade, fazem um trabalho bonito e, de repente, ficam sem seus empregos. Devemos encontrar um meio de sanar o problema, e Deputado é para isto: encontrar um meio de atender, em primeiro lugar, à pessoa, pois a lei deve estar a serviço da pessoa. Seca, sozinha, não constrói nada.

Um buquê de flores seria entregue à D. Estela, nossa amiga, por quem temos muita consideração. Como não pôde vir, pediria que as flores fossem entregues à sua mãe.

A Sra. Lilita - Em nome dos leigos de nossa Arquidiocese, gostaria de agradecer à Assembléia pela homenagem que presta a nosso Arcebispo e homenagear também a Dra. Estela, esposa do Dr. Luiz Tadeu Leite, por sua amizade e carinho dedicados a nós.

- Procede-se à entrega de flores.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e demais convidados.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 422ª reunião ordinária, em 17/12/2002

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Relatório Final da CPI da Saúde. Incluído em ordem do dia, nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.

Relatório Final da CPI da Mineração Morro Velho. Incluído em ordem do dia, nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Prof. José Geraldo de Freitas Drummond para o cargo de Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.437/2002, do Governador do Estado, que concede a servidores administrativos da Secretaria da Saúde o Adicional de Gestão SUS e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.445/2002, do Deputado Antônio Andrade, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 93/2002, do Deputado Márcio Cunha, que altera o art. 84, "caput", e § 2º do

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2001, do Deputado Geraldo Rezende, que institui a Região Metropolitana do Triângulo Mineiro, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 5 e 6, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 5, da Comissão de Assuntos Municipais, e com as Emendas nºs 7 a 11, que apresenta; opina, ainda, pela rejeição da Emenda nº 6, ficando prejudicadas as Emendas nºs 2, 3 e 4. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.896/2001, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 13.687, de 27/7/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.901/2001, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade denominada Barragem do Benfica - Fazenda Bela Vista, situada no Município de Itaúna. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.394/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.444/2002, do Deputado Antônio Andrade, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.945/2002, do Deputado Doutor Viana, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 902/2000, do Deputado Pastor George, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.470/2001, do Deputado Edson Rezende, que institui o Certificado e o Selo Cidadão no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.562/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com Aids e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.746/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro, que obriga as empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.755/2001, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE do Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 115ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 17/12/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.431 e 2.438/2002, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.339/2002, do Governador do Estado e 2.442/2002, do Deputado Marco Régis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da CPI dos Cartórios, a realizar-se às 10 horas do dia 17/12/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 102ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 17/12/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.283/2002, do Deputado Ambrósio Pinto; 2.474/2002, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 96ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 17/12/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.588, 3.589, 3.590, 3.591, 3.592, 3.593, 3.594, 3.595, 3.596, 3.597, 3.614, 3.615, 3.616, 3.617, 3.618, 3.619, 3.620, 3.621, 3.622, 3.623, 3.624, 3.625, 3.626, 3.627, 3.628, 3.629, 3.630/2002, do Deputado Arlen Santiago; 3.613/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 17/12/2002, destinadas, a primeira, à apreciação de pareceres e requerimentos e à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.945/2002, do Deputado Doutor Viana, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000; 902/2000, do Deputado Pastor George, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso; 1.470/2001, do Deputado Edson Rezende, que institui o Certificado e o Selo Cidadão no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.562/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com Aids e dá outras providências; 1.746/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro, que obriga as empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental; e 1.755/2001, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE do Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação de pareceres e requerimentos e à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida das Propostas de Emenda à Constituição nºs 68/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 93/2002, do Deputado Márcio Cunha, que altera o art. 84, "caput", e § 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; do Projeto de Lei Complementar nº 45/2001, do Deputado Geraldo Rezende, que institui a Região Metropolitana do Triângulo Mineiro, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 2.437/2002, do Governador do Estado, que concede a servidores administrativos da Secretaria da Saúde o adicional de gestão SUS e dá outras providências; 2.445/2002, do Deputado Antônio Andrade, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.896/2001, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 13.687, de 27/7/2000; 1.901/2001, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade denominada Barragem do Benfica - Fazenda Bela Vista, situada no Município de Itaúna; 2.394/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que especifica; e 2.444/2002, do Deputado Antônio Andrade, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de dezembro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 17/12/2002, às 9h30min e às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.277/2002, do Deputado Anderson

Adauto, e 2.463/2002, do Tribunal de Justiça do Estado; e os Projetos de Lei Complementar nºs 54 e 55/2002, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno - e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, pela Comissão de Administração Pública; Marco Régis e Aílton Vilela, pela Comissão de Assuntos Municipais; Geraldo Rezende e Agostinho Silveira, pela Comissão de Justiça; Maria José Hauelsen e João Paulo, pela Comissão de Defesa do Consumidor; Márcio Kangussu e Marcelo Gonçalves, pela Comissão de Direitos Humanos; Paulo Piau e Amílcar Martins, pela Comissão de Educação; José Milton e Fábio Avelar, pela Comissão de Meio Ambiente; João Batista de Oliveira e Chico Rafael, pela Comissão de Política Agropecuária; Cristiano Canêdo e José Braga, pela Comissão de Saúde; Dalmo Ribeiro Silva e Edson Rezende, pela Comissão do Trabalho; Arlen Santiago e Bilac Pinto, pela Comissão de Transporte; Maria Olívia e Gil Pereira, pela Comissão de Turismo, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno -; Ivair Nogueira, Anderson Adauto, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas nos dias 17/12, às 10 horas e às 14h30min, e 18/12/2002, às 10 horas e às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.396/2002, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Anderson Adauto, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/12/2002, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.557/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria, 1.974/2002, do Governador do Estado, 2.056/2002, do Deputado Olinto Godinho, 2.343/2002, do Governador do Estado, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3/99, do Deputado Sávio Souza Cruz, 2.239/2002, da CPI do Preço do Leite, 2.322/2002, da Comissão Especial da Lista de Assinantes, 2.385 e 2.386/2002, do Deputado Chico Rafael, 2.405/2002, do Deputado Hely Tarquínio, 2.430 e 2.449/2002, do Governador do Estado, e, em turno único, o Requerimento nº 3.563/2002, do Deputado Agostinho Silveira, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/12/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 2º turno, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.381/2002, do Deputado Ivair Nogueira, em 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 2.202/2002, do Deputado Pastor George, e, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.259/2002, do Deputado Miguel Martini, e o Requerimento nº 3.610/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2002.

Paulo Piau, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.268/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei em referência é do Deputado Mauri Torres e tem por escopo declarar de utilidade pública a Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que o considerou jurídico, constitucional e legal, vem ele agora a este colegiado para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Ao examinar o estatuto da instituição mencionada no relatório, verificamos que ela tem por finalidade o bem-estar moral e material da sociedade, que busca alcançar por intermédio de ajuda a entidades beneficentes, tais como asilos e orfanatos, e de auxílio direto a grupos de portadores de deficiência, encaminhando-os, inclusive, a serviços médicos; também luta contra a fome e a miséria, estimulando a distribuição de alimentos e outros bens de primeira necessidade.

Secundariamente, se empenha em campanhas que visam aprimorar o conhecimento, estimulando as ciências e as artes.

Todas essas iniciativas, a nosso ver, credenciam-na a receber o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.268/2002 nos termos em que foi originalmente apresentado.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.283/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Ambrósio Pinto, o projeto de lei ora analisado pretende declarar de utilidade pública o Lar Infantil São Judas Tadeu, com sede no Município de Itajubá.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A referida entidade possui por finalidades: desenvolver programas e atividades educacionais, proporcionando uma melhor assistência às crianças carentes; em conjunto com outros órgãos assistenciais, programas que visem à proteção da criança, principalmente de combate à desnutrição; e, ainda, projetos voltados para a cultura, esporte, recreação, em diversas modalidades, incentivando o pluralismo cultural e esportivo.

O reconhecimento da referida entidade como instituição de utilidade pública fortalecerá as iniciativas que ali vêm sendo desenvolvidas.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.283/2002 na forma original.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.474/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Povoado de Capoeira Grande, com sede no Município de Onça de Pitangui.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Comunitária do Povoado de Capoeira Grande é uma sociedade civil sem fins lucrativos. Possui por finalidade lutar pela melhoria das condições de vida da população de Onça de Pitangui, pela promoção de atividades sociais, culturais e desportivas.

Além de prestar assistência às pessoas carentes da comunidade, procura firmar convênios com associações congêneres para melhor atender às necessidades da região.

O mérito trabalho que a entidade empreende nos leva a considerar apropriado conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.474/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 420ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 10/12/2002

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos dois anos presidi a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tendo sido escolhido pelos meus pares daquela comissão. Nesse cargo tive oportunidade de tomar conhecimento da questão fiscal do Estado de Minas Gerais, tendo inclusive presidido seis audiências públicas da comissão para ouvir as Secretarias da Fazenda e do Planejamento explicarem os demonstrativos de gestão fiscal quadrimestrais, elaborados pelo Executivo, segundo as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse conhecimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que me traz a esta tribuna. Estamos com a proposta orçamentária do Estado para 2003 em tramitação nesta Casa. De pleno direito, os ilustres parlamentares que a compõem apresentaram 1.948 emendas ao documento encaminhado pelo Executivo, buscando atender aos justos reclamos e necessidades dos seus representados. Entretanto, este esforço será em vão, como o foram os realizados quando da tramitação de todas as peças orçamentárias do Estado. Desde 1994 estamos trabalhando, senhores, como trabalhamos no passado a que me referi, sobre uma peça de ficção. Repito, todo nosso trabalho sobre a proposta orçamentária de 2003 está sendo realizado sobre uma peça de ficção, pois é isto o que é a proposta encaminhada pelo Executivo.

No passado, a hiperinflação transformava o orçamento público da União e de todos os demais entes públicos em ficção. Derrotada a hiperinflação em 1994, apenas alguns Estados e municípios, despreparados para a nova realidade fiscal do País, trazida pela estabilização da moeda e a conseqüente perda das receitas orçamentárias decorrentes da hiperinflação, continuam a produzir propostas orçamentárias irreais. Entre estes, infelizmente, temos que incluir Minas Gerais. Vejamos o quadro fiscal do Estado para 2002. Esperamos um déficit orçamentário fiscal do Estado de R\$1.900.000.000,00. Este número será um recorde na série de déficits ininterruptos produzidos pela administração pública estadual desde 1994. Mas temos que ver como se compõe este déficit, separando-o pelas origens de recursos. Se considerarmos apenas os recursos ordinários do tesouro estadual, aqueles recursos sobre os quais o Executivo tem todo o arbítrio, pois não consideram nenhuma vinculação de receita, este déficit será algo em torno de R\$2.400.000.000,00. Este será o seu valor se não recebermos, como parece que vai acontecer, os recursos que pleiteamos da União, como compensação por obras realizadas nas estradas federais, e que serão destinados ao pagamento da gratificação natalina aos servidores públicos. A este respeito gostaria de observar a esta Casa que o pleito inicial era de R\$7.000.000.000,00. O Estado enviou documentos que comprovam gastos de R\$1.200.000.000,00. Ficariam todos satisfeitos se recebessem algo em torno de R\$500.000.000,00, valor este suficiente para quitar a folha dessa gratificação. O recebimento deste recurso, caso venha realmente a acontecer, em nada aliviará a crise fiscal do Estado, ele já está gasto. A crise nas finanças de Minas é estrutural, há muitos anos o Estado de Minas Gerais vem gastando mais do que arrecada. Com isto, o Governo Aécio Neves receberá a responsabilidade pela administração de Minas em situação tão ou, ousado dizer, mais grave que a recebida pelo Dr. Itamar Franco. Se o Governo do Presidente FHC ajudá-lo, o atual Governo pelo menos terá pago a folha da gratificação natalina a seus servidores.

Mas, se não obtiver esse auxílio, passá-la-á como encargo para seu sucessor, como a recebeu da administração Eduardo Azeredo; porém, com valores significativamente superiores. O Governo Aécio Neves não terá mais nenhum recebível a pleitear da União, nenhum patrimônio a dispor, nada, apenas as receitas fiscais normais da administração pública estadual, com uma administração federal - folgo em dizer - tão preocupada com responsabilidade fiscal e com a ortodoxia monetária visando à geração de resultados primários, positivos, quanto o Governo FHC. Voltando à situação fiscal do Estado, vejo a proposta orçamentária à luz do conhecimento da realidade do Estado e constato que ela está sendo "fechada", como dizem os técnicos no assunto, com uma receita de capital fictícia de R\$2.290.000.000,00. Examinando o valor estimado para as receitas correntes e verifico que ele é insuficiente para pagar as despesas correntes fixadas na proposta. A proposta orçamentária indica um déficit corrente de R\$857.000.000,00, que terá de ser financiado pelas receitas de capital, estimadas em R\$3.150.000.000,00, dos quais, como falamos, R\$2.290.000.000,00 simplesmente não existem. O que sobra, então, para financiar a despesa de capital de 2003, além de cobrir o déficit corrente? Sobram R\$877.000.000,00. Assim, financiado o déficit corrente, teríamos R\$200.000.000,00 para financiar todo o investimento público do Estado em 2003 e pagar a amortização da dívida."

Prezados colegas, estamos brincando de orçamento. Para um mínimo constitucional de 25% da receita de impostos e transferências, que os Estados são obrigados a gastar com educação, Minas Gerais se propõe a gastar, em 2003, 26,91%. É o menor, se não um dos menores índices de aplicação dessas receitas entre todos os Estados brasileiros. No nosso caso, o menor índice nos últimos dez anos. Num passado não muito distante, esse percentual chegou a 50,13. Em 2001, aplicamos 34,61% e, neste ano, deveremos atingir algo em torno de 30%. Esse é um dos resultados da crise. Com nossos constantes déficits mensais acumulados no decorrer do ano, aumentaremos a dívida flutuante. Onde buscaremos recursos para fechar algumas contas? Obviamente, diminuindo recursos destinados à educação, à saúde. Dois dos maiores problemas sociais em nosso Estado estão respondendo, cada vez menos, às demandas existentes.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero demonstrar ao Deputado Mauro Lobo minha preocupação, porque quem se pronuncia neste momento é o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa. A informação é que, para 2003, as duas áreas que mais sofrerão cortes e falta de recursos são a educação e a saúde. Quero fazer uma pergunta: "os recursos da saúde de 2001, obedecendo à emenda à Constituição da União, de aplicação de 8,2%, ficaram para 2002 como Restos a Pagar, porque não foram aplicados em 2001?"

Já estamos no final de 2002, e o Estado, para atender à Constituição Federal na aplicação de 8,2%, teria que aplicar R\$360.000.000,00. Não foram aplicados em 2001, e já estamos encerrando 2002. Ocorreu agressão à LRF? Se qualquer Prefeito deixar de aplicar o constitucional da educação e da saúde, correrá o risco de ver bloqueados todos os recursos para o município.

Gostaria de fazer uma pergunta, que é minha, dos demais Deputados e do povo. O que ocorrerá com o Governo Itamar Franco pela não-aplicação dos recursos constitucionais de 2001, que ficaram, em 2002, com restos a pagar? E o que ocorrerá se não aplicar também os recursos de 2002? Faço a pergunta ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira.

O Deputado Mauro Lobo\* - Prezando Deputado Carlos Pimenta, à sua pergunta responderia que se espera que o Tribunal de Contas, quando for analisar as contas referentes a esses dois exercícios, seja mais rigoroso do que tem sido. Realmente as determinações da LRF não têm sido cumpridas. Além disso, devemos lembrar-nos que, mercê da técnica orçamentária utilizada no Brasil, a proposta orçamentária de 2003 não considera o enorme passivo que esta administração vai passar a seu sucessor, maior até que o que recebeu do Governo anterior.

Estes são os números: se considerarmos apenas a administração direta, veremos que o exercício de 1998 foi fechado com dívida flutuante, líquida, vencida, de R\$3.240.000.000,00, o que inclui, é claro, a gratificação natalina da administração que, à época, se encerrava.

Pois bem, a dívida flutuante da administração direta, em agosto, era de R\$5.200.000.000,00. Se nada acontecer, poderemos encerrar o

exercício com algo em torno de R\$6.000.000.000,00. E não venham me apresentar como argumento o fato de que essa dívida em grande parte refere-se ao Estado, devendo a ele mesmo, como as dívidas do Executivo para com os institutos de previdência dos servidores, que hoje está em torno de R\$1.250.000.000,00. A contabilidade do Estado apresenta esses números como dívidas, e é isso exatamente o que são.

A situação do Estado é de calamidade no aspecto fiscal, e a responsabilidade por isso é nossa, pois fazemos parte da administração pública, mas persistimos em desconhecer o problema, ou pior, não tratá-lo como problema da administração pública, causado pela administração atual e por todas as suas antecessoras, mas como um problema que nos foi causado por terceiros.

A crise fiscal de Minas foi criada pelo poder público estadual, e cabe a ele resolver esse problema. Cabe lembrar que os órgãos que formam a administração pública estadual, Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, autônomos e independentes, como diz a Constituição, são igualmente responsáveis pela crise fiscal do Estado, afinal, são a própria administração pública.

A nossa recusa em reconhecer a realidade está retratada na proposta orçamentária. Segundo demonstrativo que acompanha a proposta, o Estado prevê comprometer, em 2003, 52,78% de sua receita corrente líquida com pessoal, para um limite legal de 60%, estabelecido pela LRF.

Esse número é ficção, foi estabelecido considerando-se a Portaria nº 5/2000, do Tribunal de Contas, que retirou do cálculo do limite a despesa com pessoal inativo, contrariando o texto da Lei Complementar nº 101, de 2000, a LRF.

O Tribunal de Contas interpretou criativamente a LRF, mas sua interpretação mascara a realidade. Em 2002, o Estado comprometeu 73% de sua receita corrente líquida com pessoal, devendo esse percentual crescer para 74% em 2003, em lugar de ser reduzido, como determina a lei. Esse entendimento mascara a realidade.

O que fizemos ao tratar a questão da previdência dos servidores públicos? Nós, administração pública, criamos um monstro atuarialmente inconsistente, que será, em poucos anos, mais um problema, em lugar de ser a solução de que o Estado necessita. E dizemos que há norma federal sobre o assunto, que a nossa lei não atende, que essa norma federal não atende à realidade do Estado. O problema é a legislação federal ou a realidade perversa do Estado tem de mudar?

Colocamos toda responsabilidade no Governo Federal. Começamos a fazer isso quando alegamos que o Estado não consegue pagar a dívida pública, que existe em valores crescentes desde que foi constituída a Província de Minas Gerais, pois gostamos muito de fazer dívida. Esta Casa aprova contratação de empréstimos com toda facilidade, mas não temos o menor apetite em pagar seus custos. Depois, ouvimos a administração pública alegar que está pagando dívida que não foi feita por ela, esquecendo-se de que o eleito não recebe apenas os bônus do poder, porque vêm acompanhados de seus ônus, daquelas obrigações que não pertencem a um governo, mas à administração pública.

Sejamos realistas. A dívida pública mineira é alta? É, mas foi constituída por governantes legítimos, com plena autorização desta Casa, que autorizou a vinculação de receitas para sua garantia, dando poder ao financiador para bloquear os recursos em caso de inadimplência. Na realidade, o Estado está sendo subsidiado pelo Governo Federal. A taxa de juros que o Estado paga é de 7,5% ao ano. Gostaria que pensassem como seria se essa dívida não tivesse sido renegociada com a União, se a taxa de juros fosse a de mercado, que é de 22% ao ano, e se sobre a taxa que nos fosse cobrada ainda tivéssemos de pagar a taxa de risco. Onde estaríamos? Hoje, o que pagamos, dado o limite de comprometimento da receita corrente líquida com a dívida, é inferior ao que deveríamos desembolsar, caso não tivéssemos feito esse acordo.

A dívida pública dos Estados para com a União é um problema, pelo menos para a maioria deles, mas não vamos conseguir renegociá-la em 2003, como já nos informou o Dr. Palocci, coordenador da equipe de transição do Governo Federal. E daí? O Dr. Aécio pode, a partir da legitimidade de sua eleição em um único turno, brincar de fazer moratória de novo? Já vimos esse filme antes. Pagamos caro por esse tipo de comportamento. Hoje, Minas não tem crédito com os poucos organismos internacionais de fomento, os únicos que estão dispostos a financiar entes públicos em situação difícil. Mesmo que consigamos esse crédito, não temos capacidade de endividamento. Não temos capacidade sequer de financiar com recursos próprios a contrapartida que esses órgãos normalmente exigem. Hoje, o poder público mineiro é exportador líquido de uma moeda forte, o dólar, pois o que recebemos de financiamentos externos, proveniente de contratos antigos, é inferior ao que pagamos de dívida externa.

A solução para a crise fiscal de Minas Gerais tem de partir de dentro do Estado: como a criamos, temos de resolvê-la. Repito, somos - Legislativo, Judiciário, Executivo, Ministério Público e Tribunal de Contas - co-responsáveis por essa situação e temos de ser parte de sua solução. Vamos precisar, é claro, de auxílio externo ao Estado. Mas se não formos por nós, quem o será?

Digo, ainda, que é irreal e, pior, irresponsável querer pretender que nós, membros do Poder Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que fazemos parte da administração pública de Minas Gerais, estejamos isolados de seus problemas por uma redoma com permeabilidade orientada. Ela deixa passar nossos duodécimos da receita, mas nos isola da crise fiscal mineira, que não deveria ser enfrentada apenas pelo Executivo.

Somos parte do problema e temos de ser parte da solução.

Faço esse pronunciamento com a responsabilidade de ter presidido a Comissão de Fiscalização Orçamentária desta Casa, nos últimos dois anos. E, pela situação grave e real do Estado, sinto-me na obrigação de apresentar essa fala para que todos da Casa e todos os mineiros tomem conhecimento desses dados. Temos de fazer algo para que Minas Gerais possa reerguer as suas finanças, para responder aos reclamos dos funcionários, da sociedade, enfim, de todos aqueles que precisam e querem que o Estado tenha uma estrutura sadia em relação às suas finanças. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionalismo que acompanha os trabalhos da Assembléia, é uma honra tê-los aqui, participando desta reunião.

Gostaria de fazer a leitura de um artigo veiculado, hoje, no jornal "Hoje em Dia", assinado pelo repórter Carlos Lindenberg, referente a tema extremamente importante, que envolve milhares de trabalhadores do Estado e que, na verdade, espelha bem a situação pela qual o funcionalismo público está passando, em relação ao pagamento do 13º salário - direito sagrado do trabalhador. O artigo intitula-se "A Verdade sobre o 13º" e diz: "Vai para o enésimo capítulo a novela do 13º salário dos servidores estaduais." O assunto, aliás, vem recheado de equívocos, mal-entendidos e má-fé, principalmente quando tratado pela grande imprensa, que, do alto de sua fama, costuma não ouvir as duas partes envolvidas na questão e logo toma partido do discurso oficial - ou contra o Governador Itamar Franco, como de hábito. A história de que o recurso é apenas para pagar o 13º, por exemplo, é em parte verdade. O dinheiro viria para o caixa do Estado e parte dele seria ou será usado para o pagamento do funcionalismo. Tanto isso é verdade que esse dinheiro, referente aos investimentos feitos pelo Estado nas estradas federais, está sendo negociado com o Governo federal há pelo menos oito meses.

O assunto não surgiu agora, às vésperas do Natal, nem as contas foram criadas a partir do nada. A rigor, trata-se de dinheiro estadual gasto nas estradas federais ao longo dos últimos dez anos, pelo menos. Não é coisa de agora, como pensam alguns, como se Itamar estivesse reivindicando o que gastou em rodovias da União. Vale repetir aos que ouvem o galo cantar e não sabem onde: é dinheiro que vários governantes que passaram pelo Palácio da Liberdade gastaram na manutenção de estradas que, delegadas à exploração do Estado de Minas Gerais, foram tomadas de volta pelo Governo Federal, há coisa de quatro anos.

Ademais, esse acerto de contas - sim, porque há outras contas a favor do Tesouro mineiro que virão à tona oportunamente - faz parte de um entendimento político entre o Governador Itamar Franco, o Governador eleito e Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, vale explicar novamente, não é o Governador Itamar Franco que está chiando e pedindo o que não é seu. Ele está pedindo ao Presidente da República que cumpra o que prometeu a ele e ao futuro Governador, Aécio Neves.

O Governo Federal podia à época, seis ou oito meses atrás, recusar-se a atender à solicitação feita por Itamar e referendada por Aécio. Mas não o fez. Aceitou. E o Presidente da República nomeou uma comissão para averiguar tecnicamente se o que era pedido tinha amparo legal. A comissão disse que tem e que os números finais chegam a R\$1.200.000,00. Ou seja, essa teria sido a quantia investida por vários Governadores de Minas Gerais nas estradas que pertencem à União e cuja exploração foi tomada pelo Governo Federal. Itamar não precisava dizer que parte do dinheiro seria usada para pagar o décimo-terceiro do funcionalismo. Talvez fosse menos desgastante. O dinheiro entraria nos cofres do Governo e de lá sairia para o destino que lhe fosse dado pelo Governador. Mas Itamar resolveu dizer claramente que parte seria usada no décimo-terceiro, até porque não é segredo para ninguém que é precária a saúde financeira de Minas, como de resto de uma boa parte de outros Estados. Um exemplo: o Espírito Santo - aqui do lado -, cujo Governador, José Inácio, foi citado nacionalmente, à época, como exemplo de austeridade financeira e administrativa. Na época, Itamar Franco divergia de Fernando Henrique, e José Inácio apoiava o Presidente da República. Pois agora, quatro anos depois, o Espírito Santo está quebrado, não paga os compromissos com a União e está ameaçado de intervenção federal por dismantelo político e administrativo. Em suma, não é apenas Minas que está com a situação financeira precária.

Por fim, o que levou os Estados à penúria não foi a administração de seus governantes, na maioria dos casos. Na raiz do problema, está a dívida histórica dos Estados com a União, pela qual cada unidade da Federação precisa comprometer 13% de suas receitas correntes líquidas para quitá-la. No caso de Minas, são cerca de R\$150.000.000,00 todos os meses. Pode-se até dizer que antes a situação era pior, despendia-se mais, gastava-se mais. Ainda assim, o índice é alto, tanto para Minas como para qualquer outro Estado. Por isso todos reclamam e querem a renegociação dessa dívida. O que interessa, no momento, porém, é outra coisa: o dinheiro sai ou não sai? Deve sair. O Governador eleito, ao que se sabe, comprometeu-se a receber as estradas de volta, para depois privatizá-las. O dinheiro sairá, mas é certo que no ano que vem sairão também várias outras brigas por conta da privatização dessas mesmas rodovias.

Entendo que esse artigo do jornalista Carlos Lindenberg nos traz uma reflexão. Temos aqui vários funcionários ligados ao setor de saúde, ao setor educacional, que esperam, acima de tudo, uma postura do Governo, uma postura desta Casa em relação aos seus problemas. Estamos vendo várias faixas trazendo alusões a alguns projetos que estão sendo discutidos, como a questão do adicional dos trabalhadores da saúde, os trabalhadores da área administrativa. Nesta mesma semana, fizemos pronunciamento cobrando o envio do projeto à Casa, para que possamos votá-lo este ano. Caso contrário, cerca de 3.680 funcionários que trabalham no setor administrativo da saúde pública não terão acesso ao adicional de 30%. Vejo funcionários do setor educacional, que, de uma forma legítima e clara, cobram uma posição desta Casa sobre o plano de carreira; aliás, ainda ontem, eu dizia que esta Casa tem um compromisso.

A história diz que esta Casa sempre honra seus compromissos. Firmamos o compromisso de votar, ainda este ano, o plano de carreira dos funcionários do Estado. Mas também preocupa muito a questão do 13º salário, que é um direito líquido. É um recurso com o qual todos os funcionários públicos contam, para fazer face aos gastos do final de ano. Há quatro anos, o Governador Itamar Franco criticou de forma bastante contundente o ex-Governador Eduardo Azeredo. Com ou sem dinheiro de estrada, o Governador tem que fazer todo o possível para honrar o compromisso de pagar o 13º salário do funcionalismo.

Entendo que a figura do Governador eleito, Aécio Neves, é fundamental. Tanto é assim, que adiou para o dia 18 sua renúncia ao cargo de Deputado Federal e Presidente da Câmara Federal, exatamente para ter mais tempo para fazer a cobrança do repasse desses recursos do Governo Federal.

Esta Casa não pode assistir, de forma passiva, ao que está acontecendo. Temos nossa responsabilidade, temos que fazer o possível para que o Governo do Estado tenha condições de honrar seus compromissos e arcar com o 13º salário do funcionalismo público, o que não é favor.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Parabéns, Deputado Carlos Pimenta. Hoje de manhã, tive o prazer de ler o artigo. Na semana passada estivemos em Brasília, juntamente com nosso Ministro, que garantiu, categoricamente, a liberação de R\$1.600.000,00 destinados à recuperação da Rodovia 459 e afirmou taxativamente que, dentro de poucos dias, as obras seriam reiniciadas. Naquele momento, recebi a notícia com muita alegria porque estava representando a bancada sul-mineira, que tem a aspiração de ver recuperada essa malha viária tão importante.

Ao mesmo tempo que fiquei feliz, preocupou-me também a situação do nosso funcionalismo, com relação ao 13º salário. Esses impasses que ainda se encontram na Assembléia Legislativa, no Governo do Estado, inviabilizam o direito sagrado de todos os funcionários da área da saúde, educação etc. Vemos os esforços do ilustre Governador eleito Aécio Neves, que negociou, hoje de manhã, quase R\$500.000.000,00, com a possibilidade de remanejamento de verbas destinadas às rodovias federais, de competência do Governo Federal, para atender pelo menos aos reclames de Minas.

Fica aqui essa reflexão, para que esta Casa, num momento tão difícil, quando estamos necessitando urgentemente de recursos financeiros para pagar o 13º salário dos funcionários, também busque recursos e encaminhe pleitos ao Ministério dos Transportes, ao Governo, para que se solucione essa pendência. Por isso é muito importante o pronunciamento de V. Exa.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a contribuição. Esse é o sentimento que impera na Casa. Não podemos cruzar nossos braços. A bancada federal vai ter um papel fundamental. Estamos vendo correr rapidamente em Brasília a minirreforma tributária. São projetos que interessam ao Presidente da República e que devem ser votados até o final desta semana.

É importante que a Bancada mineira se comporte de forma bastante coesa. Eles não de colocar na frente os interesses de Minas Gerais e não de dizer, claramente, alto e bom som, sem nenhum temor, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não vão votar, nem ajudar nessa minirreforma enquanto os interesses de Minas não forem atendidos.

Srs. Deputados, Srs. funcionários, o que importa é que o Estado tenha condições de arcar com a sua responsabilidade. Além disso, importa que o Governo Itamar Franco retire ou consiga os recursos de onde quer que seja e que o Governador eleito Aécio Neves continue ajudando da mesma forma. Penso que vai ser um Natal triste, sem cor, para os nossos funcionários, caso não recebam o que lhes é de direito, pois são recursos com os quais contam para fazer frente aos gastos de final de ano.

Parabéns não só a Carlos Lindenberg pela bela matéria, mas também ao Governador Itamar Franco e ao futuro Governador Aécio Neves pela

postura firme em defesa dos interesses de Minas. Espero que esses recursos, ao entrarem no caixa único do Estado, sirvam, em primeiríssimo lugar, para pagar o que Minas deve aos nossos funcionários, que é o 13º. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nas galerias, funcionários da Casa, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, vários assuntos me trazem a esta tribuna na tarde de hoje.

Início com um assunto local, ou seja, de Belo Horizonte. Fui procurado por moradores do Bairro Glória, residentes nas ruas em torno da Rua Maurício de Nassau. No período chuvoso, as casas dessas ruas são inundadas devido a um sistema de refluxo que ocorre nas tubulações internas, ou seja, dentro das casas, e não na rua.

Estive nesse local, uma vez que fui convidado pelos moradores, e pude verificar isso. Quando chove mais - dizem os moradores - ocorre uma calamidade dentro de suas casas.

Está certo que não era um problema para ser discutido na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, porque é um problema do município, mas, como Deputado, fui procurado. Assim, há algum tempo fiz uma solicitação à COPASA para prestar esclarecimentos ou enviar a mim um laudo técnico que havia sido feito anteriormente, na Rua Maurício de Nassau, precisamente no nº 10, numa casa, no Bairro Glória. A COPASA respondeu e mandou-me um ofício, que já está em minhas mãos. Posteriormente, será levado aos moradores do Glória.

O ofício diz o seguinte. (- Lê:)

"Ref: Ofício nº 418/02, do Deputado Doutor Viana, solicitando cópia do laudo técnico de vistoria realizada na Rua Maurício de Nassau, 103, no Bairro Glória.

Sr. Deputado, atendendo a solicitação de V. Sa., cumpre-nos informar que a Rua Maurício de Nassau, 195 - conforme endereço alterado pelo cliente - é servida por rede coletora de esgoto sanitário. A água que corre canalizada no interior do quarteirão é proveniente de mina, cujas competência e responsabilidade são da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte."

Isso foi mandado pela COPASA. (- Lê:)

"Para maiores esclarecimentos, contactar o setor técnico desse distrito."

Logo após vêm as informações adicionais; porém o que nos importa é o conteúdo que acabo de ler.

Então, cabe à SUDECAP e à PBH olhar essa situação. Os moradores já não agüentam informação, reunião ou discussão. Querem solução. Várias vezes foram à Regional Noroeste, à SUDECAP, e nada é feito. Já não acreditam nas promessas de que vão resolver o problema. É por isso que, contrariando a nossa vontade, trazemos a reclamação da população desse bairro. Os moradores já fizeram até um abaixo-assinado, mas nada adianta se não houver vontade política da regional, da SUDECAP e da Prefeitura.

Mais uma vez, assumo compromisso com aqueles moradores, em razão da angústia por que passam quando chove - o que a toda a hora acontece -, pela inundação. Não é na rua, no bairro, é dentro das residências dessas pessoas, no Bairro Glória, mais precisamente na rede coletora da Rua Maurício de Nassau. É água pluvial, não é esgoto. Não é da competência da COPASA, é da Prefeitura.

Continuarei cobrando e acompanhando a movimentação dos moradores até a solução do problema. Pela sensibilidade do Prefeito Fernando Pimentel, pessoa que conhecemos e com quem temos bom relacionamento, esperamos que a sua equipe entre em cena para resolver essa questão, e não mais apenas para fazer visitas, porque disso o povo da região está cansado, quer solução.

Outra situação que me traz à tribuna é que no dia 10 de outubro, logo após as eleições, nas primeiras reuniões, eu, por coincidência, eu estava presidindo a reunião quando surgiu um projeto de lei e, nele, emenda do Deputado Alberto Pinto Coelho, para criação de diretoria regional de saúde para Lavras. Tudo bem. Estamos de acordo. Lavras precisa. Ficamos muito felizes pelo fato de o Deputado Alberto Pinto Coelho estar trabalhando para resolver essa necessidade do município e da população de Lavras e vizinhança. Já havíamos tido a oportunidade de presenciar aqui, na Assembléia, votação negando a criação de uma DRS em Januária - não por culpa de Lavras, nem da população da região, muito menos do companheiro e amigo, Deputado Alberto Pinto Coelho, grande Deputado desta Assembléia -, atendendo, àquela época, a pedido de Deputado que também presta muitos serviços a Minas Gerais, meu amigo e colega médico, Deputado Carlos Pimenta. Nada mais justo do que esse parlamentar se sensibilizar pela questão. Como já estávamos havia mais tempo empenhados em levar uma DRS para a nossa Curvelo e região, aproveitamos aquele momento para outro projeto, do Deputado Hely Tarquínio, que defende a ajuda do Estado aos portadores confirmados de hipotireoidismo e fenilcetonúria positivos, doenças extremamente graves, perfeitamente evitáveis, mas que, quando ocorrem, seja qual for o motivo - má prevenção, etc., causam deficiência mental irreversível.

Em negociação com as Lideranças presentes àquela reunião, juntamente com os demais colegas interessados, subscrevemos uma emenda de minha autoria; e não de outros, que querem tomar essa paternidade para agradar aos eleitores da minha cidade e região. Em outro pronunciamento, citarei nomes de Deputados que afirmam ser autores dessa emenda, o que não é verdade. O Deputado João Batista de Oliveira, votado na região, sempre se comporta de maneira ética e inteligente, e sabe perfeitamente que, para todo filho bonito, sempre aparece mais de um pai. Defendendo nosso direito, entrei com a emenda para criar também a Diretoria de Curvelo, assim como fez o Deputado Carlos Pimenta, criando a Diretoria de Januária, e outros colegas que defenderam suas regiões. Votamos, de comum acordo, todas as emendas que criavam essas unidades de saúde. Para a nossa surpresa, a regional de Lavras foi aprovada. Tudo bem, mas o Governador vetou a de Curvelo e a de outras cidades, alegando que eram novas despesas para o Estado. Isso não é verdade. Estávamos pedindo apenas a criação. Bastava que o Governador sancionasse o projeto com as referidas emendas, e isso não gera despesas. As instalações é que geram. Fomos ao Secretário, Carlos Patrício, que nos mostrou onde seria a regional. Discutimos com o Cel. Duarte, seu Chefe de Gabinete, e delimitamos as cidades que comporiam a regional. Ele foi totalmente a favor do desmembramento da regional de Curvelo da regional de Sete Lagoas.

O custo para o próximo Governo passaria a existir quando, em outra negociação, fizessemos a instalação da Delegacia Regional, ficando em torno de R\$30.000,00 a R\$35.000,00. Esse valor não é elevado, se comparado com os benefícios que a população local obterá. Mas o Governador - ou a sua assessoria - justificou o veto dizendo que o projeto acarretará novas despesas para o Estado. Realmente o Estado não pode suportar mais despesas, mas essa negociação ocorreria no próximo Governo. Infelizmente, o Governador nos deu esse parecer desfavorável, mas iremos derrubar o veto, porque a proposta não cria dispêndios. Se criasse, iríamos procurar entendimento. Como a situação já está acordada com o Secretário da Saúde e o seu Chefe de Gabinete, faremos com que volte ao Governo, após a derrubada do veto. Dessa forma, a Assembléia poderá constituir essa lei, regulamentando a criação da Diretoria Regional de Curvelo e de outras cidades, conforme disposto no projeto vetado. Aí, sim, no futuro Governo, negociaremos a instalação daquela unidade, que muito favorecerá às comunidades locais, assim como às comunidades de Januária, e das demais, que constam nos textos das emendas.

Outra questão sobre a qual quero me manifestar, mais uma vez, é a da criação do Conselho de Contas Municipais. O jornal "Hoje em Dia" colocou-me a favor dela, e o "Estado de Minas" colocou-me contra. Minha posição é contrária, porque gera grande despesa para o Estado. Sou a favor de reforma, de melhoria na atuação do Tribunal.

Há problemas criados pela demora em analisar os processos e em outras situações, como a que se refere aos professores, na área da educação, aposentados há seis, sete, oito anos. Quando o Tribunal analisou as aposentadorias, depois de transcorrido todo esse tempo - não só por culpa sua, mas devido à demora da SERHA -, os professores aposentados ficaram durante um tempo em período intermediário, parecendo que estavam no limbo, nem na ativa nem, de fato, aposentados. Depois de aposentados, o Tribunal levou dois anos para analisar sua aposentadoria, e, em alguns casos, concluiu que ainda havia um tempo a ser cumprido. Depois de oito anos, determinou que os professores retornassem à sala de aula. Trata-se de manifestação absurda dos erros que acontecem em nosso Estado, em vários setores da área administrativa. Por isso, cobramos melhorias no trabalho, temos esses detalhes para acertar no Tribunal de Contas.

Amanhã ou depois manifestaremos, mais uma vez, a necessidade de esta Casa cumprir o acordo que fizemos para votar o Projeto de Lei Complementar nº 53, o Plano de Carreira do Magistério, visto que não podemos falhar com a categoria.

Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende\* - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, público, telespectadores, hoje, 10 de dezembro, é o dia da comemoração dos direitos humanos, dos direitos universais dos homens e mulheres deste País e deste planeta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, logo depois da 2ª Guerra Mundial, diz: "Art .1º - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Art. 2º - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição".

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem vários artigos e incisos para a defesa dos direitos humanos. Isso após experiência dramática da 2ª Guerra Mundial, quando os direitos humanos foram profundamente feridos, quando houve grande e contundente ameaça à raça humana, especialmente na Europa.

Na realidade, hoje, no Brasil, vivemos confronto permanente nas questões da liberdade e da defesa dos direitos humanos. Observamos que o Estado brasileiro ainda se encontra dentro de uma concepção feudal. Apesar de todos os avanços que o mundo moderno trouxe, verificamos que no Estado brasileiro ainda há uma forma autoritária na condução das políticas. Enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos, tive a oportunidade de conhecer e de ver vários exemplos de abusos de autoridade no Estado. Mas percebi especialmente que as nossas cidades são ainda como pequenos feudos, e seus habitantes e munícipes são como se fossem servos, principalmente do poder municipal.

É muito freqüente recebermos denúncias de abuso de poder através da autoridade maior do município, ou seja, especialmente do Prefeito Municipal, quando coage os seus servidores, inclusive parcela da população, especialmente os mais pobres e desvalidos.

Essa concepção ainda feudal do Estado brasileiro, especialmente das pequenas cidades, dos rincões do País e do Estado ainda precisa avançar muito na questão da observação de que nos direitos humanos, no que concerne à saúde, à educação e à liberdade de expressão e de opção, especialmente no momento político de escolha dos representantes, principalmente os municipais, há uma verdadeira ação massacrante dos poderes municipais sobre os cidadãos, os munícipes, especialmente aqueles que trabalham na estrutura do município, da Prefeitura.

Por isso, precisamos ainda avançar muito na questão dos direitos humanos. O Brasil está muito aquém, atrasado na observância da preservação dos direitos das pessoas, especialmente daquelas mais pobres e dos negros. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é constituída de pilares, quais sejam os direitos civis, sociais, culturais e ambientais. Estes estão ameaçados, além de, nos últimos anos, a própria vida, a sobrevivência do homem sobre a terra. A questão ambiental e da água é muito séria.

Quando falamos hoje do Programa Fome Zero, o programa do Lula, um projeto nacional, temos que estar acoplado a ele o Projeto Água, porque não se consegue sobreviver sobre a face da Terra se há alimento, mas não há água. Apesar de o Brasil ser um dos países com maior quantidade de água no planeta, a cada dia, a cada ano, vem perdendo fontes de água que, se inicialmente pareciam inesgotáveis, ao longo do tempo vão se esgotando.

Por isso defendemos que a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos ligada à Presidência da República tenha poder político de peso, de força, para que os principais órgãos do Estado brasileiro, os Ministérios mais importantes, da Saúde, da Educação, do Esporte, do meio ambiente e da infra-estrutura possam, no conjunto com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, fazer com que sejam preservadas a vida, as liberdades e os direitos econômico, cultural, social e civil de todos os brasileiros.

Por isso, quando fazemos a comparação da questão da pobreza no Brasil, vemos que, nos últimos cinco anos, as políticas implementadas por Fernando Henrique Cardoso fizeram a renda média do brasileiro cair em 10,3%.

Os mais pobres sofreram queda ainda maior, ou seja, de 11,6%, em sua renda mínima nos últimos cinco anos. Na semana passada, quando o Presidente da República falou que os pobres brasileiros melhoraram de vida, estava pregando grande mentira, porque, se a média da renda brasileira caiu 10,3%, a renda dos pobres caiu ainda mais. Como os pobres brasileiros puderam ter melhora de vida nesses últimos anos, se a pesquisa do IBGE demonstra que sofreram queda, não de 10,3%, mas de 11,6%? Se estavam mais pobres e miseráveis, passando fome, nesses últimos cinco anos estão sofrendo muito mais. O Brasil está mal classificado do ponto de vista da sua renda nacional, mas, quando consideramos a raça negra, notamos que está em condição pior do que a média nacional. De acordo com a média nacional, o Brasil está posicionado em 49º lugar com relação à renda mínima da população, mas, quando levamos em conta a raça negra, fica posicionado em 108º lugar no que diz respeito à renda média nacional. Quando falamos em direitos humanos e em justiça social, temos de levar em conta a questão da raça negra. Precisamos analisar com profundidade esse aspecto e buscar soluções, porque, nessa questão, há discriminação terrível, que onera quase 50% da população brasileira, já que em cerca de 47% é composta por negros.

Chamamos a atenção para o direito à educação e à saúde. Os movimentos sociais presentes, representando esses setores, estão lutando por direitos humanos universais. O Brasil, por meio dos seus movimentos, precisa conseguir as suas vitórias. Parabéns ao Sind-Saúde, ao Sind-UTE e a todos os movimentos que estão buscando os seus direitos. Esta é a Casa que devem procurar para esse fim, pois os Deputados estarão votando os seus projetos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, professores, senhores e senhoras, este requerimento foi encaminhado ao Presidente da Assembléia e publicado no "Diário do Legislativo", no dia 8/6/2002. Ele exprime nossa preocupação quanto às informações que o Tribunal de Contas do Estado possa prestar a este parlamento sobre o incêndio ocorrido naquela Casa, em abril deste ano. Entendemos que essas informações são importantes para que os parlamentares possam analisar a natureza dos documentos incendiados e proceder às investigações necessárias. Esta Casa, com a assinatura de 50 parlamentares, está solicitando a instalação de uma CPI para apurar o referido incêndio.

Creio ser importante que todos tenham conhecimento do inteiro teor do requerimento que encaminhamos à Presidência da Assembléia Legislativa, para que estabeleçamos uma relação não só de confiança, mas de absoluta transparência com o Tribunal de Contas e deste com a sociedade mineira.

O requerimento tem o seguinte teor: (- Lê o Requerimento nº 3.399/2002, publicado na edição do dia 8/6/2002.).

Sr. Presidente, considero que o conteúdo desse requerimento, incluindo os considerandos, é suficientemente claro para garantir a transparência necessária do Tribunal de Contas perante a Assembléia Legislativa, e, fundamentalmente, perante o povo mineiro. Por isso, peço aos parlamentares que apoiem e aprovem esse requerimento, como sinal de compromisso com a transparência, com a ética e com as boas práticas da administração pública do Estado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, ocupantes das galerias, imprensa, no dia 18 de abril, imediatamente após a imprensa noticiar o incêndio ocorrido no Tribunal de Contas, ou seja, no mesmo dia, apresentamos um requerimento com teor semelhante ao apresentado, posteriormente, em junho pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Consideramos urgente e indispensável os parlamentares desta Casa, juntamente com a nova Mesa, iniciarem um trabalho no sentido de rever a tramitação e os procedimentos relativos à apresentação de requerimentos por Deputados nesta Assembléia.

Estamos no mês de dezembro, e o requerimento foi apresentado por mim, em abril, e pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, em junho. Porém, somente agora será votado. Considero que, se a Assembléia não exigir do Tribunal essas informações, estaremos sendo coniventes com possíveis manobras - artifícios não lícitos -, provavelmente praticadas pelo Tribunal nesse incêndio, especificamente. Não podemos nos omitir. Estamos no final da Legislatura, mas creio que, no início da próxima, deveremos implantar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar esse caso e tantos outros também denunciados.

Queremos que o Tribunal de Contas seja, de fato, um órgão de assessoria à Assembléia, que preste os serviços de que necessitamos, para que possamos cumprir a nossa missão constitucional de fiscalizar.

Uma vez que os indícios apresentados apontam para a gravidade de um incêndio criminoso, não dá para fazermos de conta. O Poder Legislativo - ao qual o Tribunal está subordinado - não pode deixar de investigar nem calar-se. Pelo contrário, tem a obrigação de esclarecer à sociedade mineira esses questionamentos e tantos outros que foram levantados.

Acredito que, mesmo que o requerimento seja aprovado, - tenho certeza de que será - as informações não chegarão a nós. V. Exa. fez o requerimento com seu partido, assim como o fiz com nosso partido e com tantos outros parlamentares. Por isso, devemos cobrar permanentemente até que tenhamos as informações. Se não vierem, a partir do requerimento, devemos assumir hoje o compromisso de assinar uma CPI para esta Casa investigar o incêndio ocorrido no Tribunal de Contas. Aproveitaremos para descobrir por que o concurso público para auditor não é feito. Aproveitaremos também para investigar os aprovados nos concursos do Tribunal.

Creio que é obrigação desta Casa passar o Tribunal de Contas a limpo. É nosso dever e devemos assumir esse compromisso. Queremos ter essas informações. Se não vierem, devemos ir lá e buscá-las por meio dos instrumentos jurídicos previstos para isso. O que não podemos é nos calar.

V. Exa. disse muito bem ao fazer sua exposição. Somente entre Câmaras Municipais e Prefeituras temos em torno de 1.600, 1.700, sem contar os órgãos do Poder Executivo, administração direta, indireta etc. Será que todos funcionam maravilhosamente bem para termos tão poucas auditorias? E quando não funcionam? De quem são as contas que foram queimadas? O que quiseram esconder? São perguntas que a sociedade faz. Temos, portanto, a obrigação de dar respostas. Todas as perguntas aqui formuladas precisam ser respondidas. Quantos e quais processos foram completamente destruídos no incêndio ocorrido na madrugada do dia 12/4/2002?

É interessante quando V. Exa. faz sua exposição. Por acaso, naquela noite, houve uma festa na cantina que, por acaso, era próxima do local onde estavam guardados os documentos. Quais documentos foram queimados? Queremos saber quem foi beneficiado com o incêndio. Não é possível que o Poder Legislativo não cobre isso. Não é possível que a sociedade aceite que nós, que temos a missão constitucional, não cumpramos isso.

Queremos, desde já, que a próxima Mesa tenha o compromisso de modificar a sistemática dos requerimentos nesta Casa. Queremos também o compromisso de instalar uma CPI para a investigação do caso. Não dá para dizermos que é um tribunal de faz de contas, se nos omitirmos quando a nós é exigido fazer a fiscalização.

O Tribunal de Contas, infelizmente, conseguiu um "lobby" muito forte na Constituição Federal de 1988 e até mesmo na Estadual de 1989. Isso precisa ser modificado. É preciso um Tribunal de Contas que realmente cumpra sua missão e seu papel, auxiliando o Poder Legislativo. Caso contrário, é melhor que não haja. O modelo que temos encobre mais que explicita.

Queremos cobrar. Esperamos que essas respostas venham. Se não vierem, vamos buscá-las por meio de uma CPI. Não temos o direito de nos silenciarmos neste momento. Há um ditado popular que diz: "Antes tarde do que nunca". Estamos esperando de abril a dezembro. Se esse requerimento sair agora, quem sabe consigamos obter essas informações. Se não conseguirmos agora, volto a reafirmar, temos a obrigação de instalar uma CPI para levantar todas as questões relativas ao Tribunal de Contas - não-realização de concurso público, modo de aprovação das contas, funcionamento do órgão. Temos que dar essa contribuição para a sociedade, quem sabe até mesmo ensinar a discussão de um novo modelo de Tribunal de Contas para o nosso Estado. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras que nos escutam nas galerias, professores, funcionários da Colônia Santa Isabel, trabalhadores que ali atuam, trabalhadores do setor de saúde, telespectadores, estamos aqui também para discutir problemas importantes para todos nós. Primeiramente, quero lembrar que hoje é o dia da Carta das Nações Unidas. É bom que nos lembremos que pouco antes da Carta das Nações Unidas tivemos a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948. Mas declaração não tem força de lei. As Constituições é que afirmam e reafirmam as declarações. Vêm referendar e colocar no papel, com força de lei, o que tem que ser feito. As Constituições atuam sempre no sentido positivo. Para hoje lembrar a Declaração dos Direitos Humanos, abri a Constituição cidadã de 1988, no capítulo que fala dos direitos individuais e coletivos. No art. 205 há palavras muito fortes: "Todos são iguais perante a lei". O art. 206 diz:

"Educação é direito de todos e dever do Estado". Quando li o art. 205, suas palavras me soaram muito forte. "Todos são iguais perante a lei". Que igualdade é essa? Sabemos que uns são muito mais iguais que os outros. Estamos vendo aqui o pessoal da educação, da saúde, da Colônia Santa Isabel, lutando há anos para ter seus direitos, garantidos pela Constituição, respeitados e reconhecidos. O projeto que lhes interessa e as reivindicações que fazem nesta Casa não saem do papel e da gaveta.

Enquanto isso, há projetos que aparecem e tramitam numa semana ou em 15 dias. Estão garantindo direitos de quem? Para reivindicar esses direitos, precisamos conhecer, nos informar e saber exatamente do que tratam e como estão as coisas. Somos parlamentares e o nosso papel é legislar, fiscalizar e denunciar, se for preciso. Muitas vezes, não podemos legislar, porque, na Casa, quando o projeto não interessa a alguns, não sai da gaveta; porém, em outros momentos, corre com uma velocidade que chega a descarrilar dos trilhos em muitas curvas.

Temos de fiscalizar. Acabamos de ouvir o que foi dito pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão. Vimos o requerimento dele solicitando que o Tribunal de Contas seja investigado, a fim de conhecermos as causas do incêndio. Só depois que as conhecermos é que veremos, de fato, a quem interessa. Assim, poderemos denunciar o que realmente aconteceu e o porquê daquele incêndio.

Meus amigos, Deputados presentes, queremos lembrar o problema da saúde, que anda tão abandonada. É também um direito de todos. Por que a reivindicação dos funcionários da saúde não passa por aqui ao menos para ser apreciada, discutida com mais lealdade e à vista de todos?

Quero lembrar também o problema do pessoal da Colônia Santa Isabel. Muitos que hoje estão aqui buscam uma ajuda, que pode ser uma bolsa, ou um auxílio para que continuem atuando na Colônia Santa Isabel em favor dos outros, dos que estão doentes. Muitos deles entraram como doentes, como pacientes; depois, recuperaram a saúde, tomaram amor àquele lugar e compreenderam o sofrimento daqueles companheiros que lá estão. Querem continuar trabalhando como voluntários, não estão exigindo muita coisa, não estão exigindo nada pelo muito que fazem. O reconhecimento do trabalho deles pode vir por meio de uma bolsa ou ajuda.

Falarei ainda sobre os professores. Há 20 anos, eles buscam um direito e se sentem cada vez mais enganados, mais enrolados nessa busca.

Vou ler o inciso V do art. 206 da Constituição Federal de 1988: "Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma de lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União".

É uma afirmativa dessa Constituição de que a valorização dos profissionais do ensino é um dever para com eles, incluindo planos de carreira. E também de que o ingresso no magistério deve ser feito por concurso público.

O que vemos? Todo mundo se lembra de que o projeto da Deputada Elbe Brandão é inconstitucional, porque esses profissionais já fizeram concurso público. Todo mundo se lembra de que os designados não têm direito porque não fizeram concurso público. Pergunto: já que a Constituição fala que o ingresso no magistério deve ser feito por meio de concurso público - o ingresso em qualquer serviço público -, por que esse concurso nunca se realizou?

E agora, quando se realiza, é feito de tal maneira que atropela os designados que trabalharam 20, 25 anos, dispensando-os sem direito a nada, sem aviso prévio, praticamente.

Deixo bem claro para os professores que estão aqui, desde a semana passada, na luta para que o plano de carreira seja lembrado nesta Casa, que se trata também de uma exigência da Constituição. Plano de carreira não é favor prestado por governos. É direito constitucional. Falamos do concurso, mas não do plano de carreira. Vamos fazer todo o possível, agora, para mostrar ao Governo que está saindo e ao que vai chegar que têm de respeitar a Constituição, que esse plano de carreira tem de existir, mas, para que exista, tem de passar por esta Casa, tem de ser votado. Se todos são iguais perante a lei, por que o projeto do Tribunal de Contas dos Municípios anda tão depressa e o plano de carreira dos professores precisa esperar 20 anos?

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente ao veto do Governador Itamar Franco ao projeto de lei que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher, órgão dotado de autonomia administrativa e financeira e auxiliar do Poder Executivo na fiscalização do serviço, na recepção e no encaminhamento de denúncias, sugestões e propostas relacionadas à área de saúde da mulher no Estado. Portanto, é um órgão importante.

Tem como objetivo assegurar à mulher o acesso à informação relativa à área da saúde e à possibilidade de reivindicar prestação de serviço de qualidade e de exercer o controle na gestão de atividade nessa área. Compete à Ouvidoria de Saúde da Mulher receber e apurar reclamação contra serviço da área da saúde que não esteja sendo prestado satisfatoriamente por órgão ou entidade pública ou por seus conveniados. Ainda é competência da Ouvidoria receber e encaminhar, quando necessário, ao Ministério Público denúncia de ato considerado ilegal, irregular ou arbitrário, praticado contra a mulher por órgão ou entidade pública da área de saúde ou por seus conveniados.

Compete à Ouvidoria acompanhar a tramitação e a análise das demandas recebidas e comunicar a solução à interessada ou a seu representante legal; monitorar a qualidade dos serviços relacionados com a saúde da mulher e propor medidas para o saneamento de ilegalidade, irregularidade ou arbitrariedade; realizar vistoria em órgão ou entidade pública da área de saúde ou em seus conveniados quando houver indício de ilegalidade, irregularidade ou arbitrariedade na prestação de serviços à mulher.

Essas são competências da Ouvidoria de Saúde da Mulher, mas ainda há outras, como oferecer informação relativa à assistência e à pesquisa na área de saúde da mulher; sugerir medidas para o aprimoramento da organização e das atividades de órgão ou entidade pública da área de saúde ou dos seus conveniados e, por fim, elaborar regulamento para disciplinar suas atividades.

Sr. Presidente, colegas Deputados, a Ouvidoria de Saúde da Mulher deverá ser dirigida por Ouvidor ou Ouvidora, que será escolhido pelo Governador do Estado em lista tripla organizada pelo Conselho Estadual de Saúde e nomeado para mandato de dois anos, permitida uma recondução. Será designada à Ouvidoria dotação orçamentária própria.

Como se vê, é diferente do Tribunal de Contas, porque o cargo não é vitalício, é de dois anos. É o correto. Já pensou como seria se o cargo de Ouvidor fosse vitalício?

Em síntese, essa é a proposição de lei que foi vetada. Julgo o veto inadequado, porque é correta a existência da Ouvidoria da Mulher. Seria um avanço importante, porque sabemos que, na sociedade machista em que vivemos, o preconceito em relação à mulher é algo evidente, apesar de as mulheres estarem, com muita luta, conquistando direitos que não tinham anteriormente.

No entanto, ainda existe discriminação, porque os direitos não são os mesmos. São muitas as reclamações das mulheres, que se sentem oprimidas. Isso quando a violência também não chega às vias de fato. Aliás, faço um parêntese para dizer que é de minha autoria a lei que cria

ou deveria criar o albergue para mulheres vítimas de violência. Aprovada a lei, foi colocada dotação orçamentária, mas o Governador não construiu o albergue para as mulheres vítimas de violência.

A sanção dessa lei seria importante, porque são muitas as mulheres que, às vezes, não saem de casa, com receio, porque não têm para onde ir. E acabam sendo agredidas seguidamente. A solução não é dada, porque não há um local onde possam ser acolhidas. O albergue não foi colocado em prática. A Ouvidoria de Saúde da Mulher certamente poderia ajudar, e estaríamos ajudando a pressionar o Governo para criar os albergues necessários nas regiões onde é mais freqüente a violência contra as mulheres. A Ouvidoria teria pelo menos esse papel, que julgo fundamental.

São muitas as funções da Ouvidoria. Trata-se de um projeto importante. Acho que o veto do Governador foi equivocados. Por isso, estou encaminhando a votação para rejeitar o veto.

O veto também nos ajudou a fazer a obstrução, porque, enquanto não se vota o plano de carreira dos professores, nós, da Bancada do PT, continuaremos realizando esta obstrução na Casa. Solicitamos aos Deputados que nos auxiliem nesta obstrução, para obrigarmos o Governador a tomar conhecimento de que o processo aqui caminha por meio do diálogo, e não na marra, esquecendo-se de discutir a pauta com toda a Assembléia Legislativa. Certamente outros Deputados se manifestarão para nos ajudar neste processo de obstrução, que vem sendo realizado pela Bancada do PT. Não é possível que terminemos o ano sem que o plano de carreira dos professores seja votado. Como não entra em votação, prejudica a todos.

Solidarizo-me com os companheiros da saúde presentes. Aprovamos um dos projetos em 1º turno, mas o outro está emperrado na pauta, porque não há a sensibilidade do futuro Governador em negociar a pauta. O Presidente Antônio Júlio marcou uma reunião com as lideranças do funcionalismo para amanhã, a fim de conseguirmos uma pauta mínima, mas tem de ser discutida. Não basta expormos a exigência de um Governo que ainda não se consolidou e que deseja ditar as normas e mandar na Assembléia Legislativa, sem nenhum diálogo. Cismou que todo o processo de discussão sobre o plano de carreira, realizado durante dois anos, com comissão paritária, não vale nada. Simplesmente, deseja amarrar o projeto, para que não seja votado na Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, encaminho pela derrubada do veto. A Ouvidoria da Saúde da Mulher é importante. Não entendi o motivo do veto. Caso seja por problemas financeiros, o custo é extremamente pequeno.

Solicito aos Deputados que ajudem a Bancada do PT neste processo de obstrução, para tentarmos fazer com que o plano de carreira do magistério seja votado ainda neste ano. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Menezes\* - Sr. Presidente, custa-nos crer, mas parece que o Governador é filho apenas de homem. Por que é tão contra as mulheres? A mulher é sempre discriminada no Brasil. Sabemos das dificuldades por que passam, principalmente as do interior. O nosso Governador, depois de brigar por quatro anos, vetou essa lei. Isso é incrível! Somos muito sem sorte. Lamento profundamente essa situação. Esse político foi desenterrado pelo Collor. Esse foi um dos maiores males que esse ex-Presidente fez para o Brasil, principalmente para Minas Gerais.

Sou da zona rural e posso falar sobre as dificuldades por que o homem do campo passa, principalmente as mulheres. Gravidez e parto não são doenças, entretanto, quantas senhoras da roça, esposas de operários, engravidam, e não podem consultar médicos. Muitas vezes, na hora do parto, as parteiras, que são pessoas sem o mínimo conhecimento, acabam levando à morte essas mães de família. Como pôde governar Minas, se, depois de brigar por quatro anos, chama o Presidente de "meu prezado amigo"? Peço a todos os Deputados que me ajudem a derrubar esse veto do Sr. Governador, para que possamos dar assistência à mulher.

Como diz a Bíblia, o homem vivia sozinho, quando Deus lhe tirou a costela e fez a mulher, para fazer-lhe companhia. Hoje, o nosso Governador é contra a mulher e não quer a Ouvidoria da Mulher. Até quando será contra as mulheres? Será que não gosta de mulher, algo que apreciamos tanto? Isso é incrível. Graças a Deus, estamos por pouco para ficar livres desse Governador. Dizem que está querendo uma embaixada na Itália, e, a meu ver, o Presidente Lula deveria dar-lhe essa oportunidade. Quem sabe pudesse mandá-lo para o deserto do Saara, para ser Embaixador junto às pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos? Esse seria um bom lugar para enviá-lo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras das galerias, inicialmente, quero saudar o amigo, o batalhador, o Deputado mais presente desta Casa, Deputado Luiz Menezes, que, apesar de vir de uma cidade de ferro, é um homem sensível e dedicou seu trabalho à causa dos mais oprimidos, daqueles que mais necessitam da defesa do Estado. Foi sempre um grande defensor dos direitos das mulheres.

Luiz Menezes, o ato do Governador seria justo não apenas para atender a seu esforço, mas também reconhecer que a Ouvidoria da Mulher, mais do que qualquer gasto em sua estrutura, representa um grande ato de economia e justiça deste Estado. A Ouvidoria da Mulher, como já foi colocado pelo Deputado Rogério Correia, melhoraria as condições de vida e criaria um espaço em Minas para fazer justiça, promover a igualdade e a melhoria da qualidade de vida de nossas mulheres.

Não vejo justificativa que sustente a manutenção desse veto e, por isso, quero somar meu apelo ao já apresentado pelos Deputados Luiz Menezes e Rogério Correia, para que nós, todos os Deputados desta Casa, votemos contra o veto. A aprovação desta lei e sua implementação só causará bem e promoverá a justiça, pois caminha no sentido da consolidação do estado democrático de direito e justiça. O estado de democracia só se consolidará plenamente quando as injustiças forem superadas e, entre todos, houver maior equidade. Esse, seguramente, é um ótimo projeto, e seria oportuno aprová-lo no momento. Alegar vício de iniciativa não cabe nem pode ser o motivo, neste momento, para estabelecer um veto.

Estamos irmanados com os demais parlamentares que desejam ver implantado, ainda este ano, o plano de carreira e de cargos e salários dos professores. Resistiremos obstruindo, limitando a tramitação dos projetos, para facilitar a vida democrática do Estado e para promover a justiça, a melhoria da qualidade de trabalho, o cumprimento dos princípios constitucionais vigentes e a implantação do plano de carreira e de cargos e salários dos servidores. Lembro a situação de constrangimento, ocasionada por uma servidora perante o Governador do Estado, exemplo do que não mais deve acontecer, fruto da falta de compromisso do Estado, em Governos sucessivos, não estabelecendo a implantação do plano de cargos e salários, a incorporação dos servidores públicos na lógica da estrutura constitucional e legal vigente. Chegou o momento de garantir o plano de carreira dos funcionários na tentativa de melhorar sua vida financeira, que é amarga, difícil, inaceitável. A melhoria da vida dos trabalhadores não pode ser impedida pelos discursos, argumentos e justificativas feitos até agora. O Estado será mais onerado em razão do plano de carreira, mas entendemos que os professores têm direito a melhoria salarial. Para isso, é preciso buscar recursos em fontes importantes, ainda não exploradas. O Deputado João Batista de Oliveira disse-me ter um projeto de lei relativo a assunto que, há muito, debatíamos. Trata-se de um projeto que garantiria o recebimento de recursos significativos que contribuiriam para a melhoria de vida dos servidores da educação, da saúde, do pessoal da Colônia Santa Izabel. Trata-se da regulamentação do transporte intermunicipal. São milhares de concessões realizadas sem ganho por parte do Estado. Só nesse setor, existe a expectativa de que poderíamos receber uma quantia de R\$300.000.000,00. Existem avaliações que apontam um valor de até R\$2.000.000.000,00. É uma fonte suficiente para compensar todos os

investimentos adicionais feitos na área de educação, por exemplo. É fundamental que mudemos a lógica de analisar este Estado, que passemos para um outro modelo de Estado, onde, mais do que dificultar e sacrificar a vida dos trabalhadores e deixar de cumprir as metas institucionais vigentes, através da Constituição e das leis, busquemos fontes importantes de economia, de arrecadação. Além desse fator de ganho, além das concessões dos transportes coletivos intermunicipais, temos, por exemplo, investimentos direcionados para determinados setores da iniciativa privada que poderiam sobreviver sem depender do Estado.

Boa parte dos recursos de investimento, se redirecionados, podem ser destinados à educação, como fator mais importante de distribuição de renda neste País, como fator mais importante de promoção da justiça social. Por isso trabalharemos em todas as sessões, obstruindo, para abrir um caminho novo, de respeito e valorização dos trabalhadores da saúde, da educação e dos que fazem o Estado melhor. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores, quanto ao nosso compromisso com a mulher, Luiz Menezes posicionou-se claramente. Quando falamos em Ouvidoria de Saúde da Mulher, não se trata apenas da mulher. Mas, sim de um binômio, mãe e filho, gênese de todo o processo da sociedade. Começa com os cuidados com a gestação, com a saúde de quem gesta. Trata-se dos impactos dos cuidados da saúde da gestante e filho, que poderá nascer em boas condições de saúde física e mental. Se não houver cuidados com a saúde da mulher, o filho sofrerá as conseqüências, com doenças no decorrer da gestação ou no nascimento, acarretando sérios problemas de saúde.

Há muitas mulheres com gestação de alto risco que morrem no parto ou que geram crianças que morrem logo depois de nascer. É vergonhoso um índice de mortalidade materno-infantil tão alto. Minas Gerais apresenta a maior taxa de mortalidade materno-infantil do País. A Ouvidoria da Mulher, portanto, abre espaço fundamental para que conheçamos a situação da mulher.

Não só a mulher gestante, mas também a adolescente. Por quantos problemas as adolescentes, hoje, têm passado? Por quantos problemas de violência familiar, por quantos problemas de envolvimento com tóxicos? Por quantos problemas têm passado as crianças que estão nas favelas, envolvidas com a questão do tráfico de drogas, não somente com seu uso, mas também com seu comércio, tornando-se "aviões"? Sem falar da gestação em adolescentes de 12, 13, 14, 15 anos de idade.

Quanto ao problema da Ouvidoria da Mulher, alguém poderia perguntar: "Teria que haver ouvidoria do homem?" A complexidade da relação feminina, de ser mãe, de gestar, toda essa complexidade que envolve a mulher e o seu aparelho psicossomático, obriga-nos, enquanto sociedade, não machista ou buscando o não-machismo, a ter um cuidado especial com a mulher. Desde a infância até a terceira idade, é necessário que se dispensem à mulher todos os cuidados; é necessário que exista um sistema de saúde que lhe dê privilégios e, ainda, que lhe seja dado não o privilégio, mas o direito de ter uma ouvidoria. Alguém que possa ouvir o clamor das mulheres tão massacradas pela concepção machista de um mundo que as tem tornado infelizes e adoecidas.

Mas, na verdade, o que estamos fazendo é uma obstrução. É uma obstrução fundamental, porque, no momento em que discutimos a Ouvidoria da Mulher e nos colocamos a favor da Ouvidoria e, por isso, contrários ao veto do Governador, fazemos isso pela gênese do próprio projeto, mas também para dizer que estamos obstruindo, sim, os trabalhos desta Casa, porque não podemos admitir que o plano de carreira do Magistério, dos profissionais da educação, não seja aprovado neste ano de 2002. Não admitimos isso, e não pode parecer que essa obstrução seja uma questão somente do PT, ou que esse projeto seja de interesse apenas do PT.

Estamos obstruindo, sim, mas temos certeza e clareza de que esse projeto, que trata do plano de carreira dos servidores da educação, não é somente um problema para o PT. Esse projeto é de interesse também de outros parlamentares que estão aqui. Não podemos onerar o Governador Itamar Franco ou o Secretário da Educação, Murílio Hingel, ou a Bancada do PMDB, ou a bancada de outros partidos, dizendo que somos os parlamentares que estamos impedindo aqui a votação do projeto do plano de carreira dos servidores da educação.

Não, há uma obstrução relativa a esse projeto. Esse projeto está na Comissão de Educação, e é preciso que o relator tome uma decisão sobre ele, sobre esse plano de carreira. É por isso que a proposta para que as lideranças se encontrem amanhã, às 3 horas, a fim de que se tome uma decisão, para que se construa uma pauta, é fundamental para a desobstrução dos trabalhos. Existem pessoas que precisam da isonomia de tratamento com os trabalhadores da saúde, 30% do adicional de gestão do SUS, como diz o Sind-Saúde, para os da área de administração. Existem os outros da Colônia Padre Damião, outros que trabalham nos sanatórios de hanseníase e que hoje precisam ter o projeto aprovado para que possam, depois de certa idade, ter a sua aposentadoria, por meio da pensão vitalícia.

Conversamos com os servidores das áreas da saúde e da educação. Entenderam que precisam ser parceiros, ficar unidos. Serão beneficiados os servidores da educação, da saúde e os da FHEMIG. Pedimos essa aliança, além da compreensão para o nosso processo de obstrução.

Todos os servidores do Estado precisam ser mais valorizados, não somente os da educação e os da saúde, mas também os da Justiça. Hoje, enfim, foi aprovada a redação final do projeto da lei orgânica dos Defensores Públicos, que há mais de quatro anos lutam por essa aprovação. Não podemos entregar como presente de Natal aos servidores da educação a não-aprovação do projeto do plano de carreira. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, estamos encaminhando contrariamente à manutenção do veto do Governador, porque se trata de grande insensibilidade deste Governo, se é que podemos considerá-lo como Governo, porque durante quatro anos Minas Gerais esteve desgovernada.

Defendemos também a votação do plano de carreira dos servidores da educação. Lamentamos que o Governador Itamar Franco possa ficar com o bônus desse projeto, uma vez que não teve interesse em aprovar o plano de carreira. É bom que os servidores tenham plena consciência disso, porque, se ele quisesse teria enviado o projeto para esta Casa há mais tempo. Mas não o enviou porque não queria sua aprovação. Agiu da mesma forma com os Defensores Públicos, que esperaram durante os quatro anos de seu mandato. Agora, no final, e como não irá cumprir aquela lei orgânica, a envia para a Assembléia, a fim de parecer bonzinho.

Lamentavelmente, o Estado passa por profundas dificuldades, porque ficamos durante quatro anos sem Governo, sem direção, sem políticas para qualquer setor, principalmente na área da educação. Quando nos pediu autorização para elaborar lei delegada, ao invés de resolver o problema conseguiu aprofundá-lo ainda mais.

Esperamos que, agora, busque-se pelo menos um acordo com o próximo Governador e sua equipe; e que, a partir desse diálogo, possa aparecer uma luz no fim do túnel para o setor da educação.

Sabemos que o projeto está cheio de falhas e que muitas correções precisam ser feitas. Lamentavelmente, foi encaminhado a esta Casa no período eleitoral, provavelmente de propósito, para que não fosse bem discutido. Poderia ter sido bem aprimorado, com as devidas correções, e, hoje, poderíamos saber o seu verdadeiro impacto e ter esclarecidas as dúvidas apresentadas. Infelizmente, não foi assim, mas ainda temos tempo de fazer essas correções.

Como será o próximo Governador que o executará? Temos a expectativa de que, provavelmente, o diálogo dar-se-á com ele e sua equipe.

É claro que o projeto não está na pauta, pois ainda está na Comissão. Dessa forma, esse processo de pressão deve nos levar a uma negociação, a partir da qual conseguiremos avanços significativos. Lamentamos não ter conquistado isso nesse Governo e, sem tempo maior, no fim da Legislatura, tenhamos de fazer opções regimentais para tentar fazer as correções. O desejável seria termos tido bastante tempo e prazo em todas as Comissões, para que pudéssemos ter feito uma boa discussão sobre a devida avaliação do seu impacto.

Portanto, estamos aqui esperando que seja dado o primeiro passo para a derrubada desse veto, mostrando que esta Assembléia pode suprir as deficiências e a insensibilidade desse Governo. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham nesta Assembléia, estamos aqui também para encaminhar contra o veto do Governador.

É verdade que esta Casa tem somente quatro Deputadas, mas tenho a grata satisfação de saber que existem muitos homens que, mesmo não enfrentando os problemas que enfrentamos, têm a sensibilidade de compreendê-los.

Quero parabenizar o Deputado Luiz Menezes pelo projeto apresentado e pela maneira como defendeu a situação das mulheres, que precisam, muitas vezes, quando não são reconhecidos os seus direitos, ser ouvidas.

As razões do veto do Governador não são convincentes para aceitarmos que não aceite o projeto porque há outros órgãos competentes que cuidam da saúde da mulher. É verdade que existem outros órgãos competentes que cuidam da saúde da mulher. Mas a Ouvidoria da Saúde da Mulher é um órgão dotado de autonomia administrativa e financeira, auxiliar do Poder Executivo na fiscalização dos serviços e na recepção e encaminhamento de denúncias, sugestões e propostas relacionadas com a área de saúde da mulher no Estado.

Quantas vezes ouvimos que nossas companheiras sofrem nos postos de saúde porque não são atendidas, ouvidas nem recebidas para tratamento. Não quero, absolutamente, condenar médicos, enfermeiras nem postos de saúde. Vivem o drama de trabalhar sem recursos, sem elemento humano em número suficiente e, muitas vezes, não podem proporcionar às pessoas que vão ali o atendimento digno. Mas tem de haver algum órgão que ouça as reclamações e as leve ao Poder Executivo. É preciso que sejam disponibilizados mais médicos, maior número de enfermeiras e de remédios para as pessoas.

A Ouvidoria de que trata essa lei tem como objetivo assegurar à mulher o acesso à informação relativa à área de saúde, a possibilidade de reivindicar a prestação de serviço de qualidade e de exercer o controle na gestão de atividades dessa área.

Ora, ninguém pode reivindicar algo a que nem sabe que tem direito. Ninguém busca como reivindicação alguma coisa que pensa que é favor. Quando alguém pensa que precisa pedir isto ou aquilo e vai com muita humildade, tomando bênção, quase se ajoelhando, pensa que receberá favor.

Quando a mulher busca a saúde precisa conhecer seus direitos e deve estar informada da reivindicação que fará para buscar, não como favor, mas como direito, o benefício que a leva ao posto de saúde, à polícia ou a qualquer outro lugar. (-Lê:)

"Art. 3º - Compete à Ouvidoria da Saúde da Mulher:"

Então, para que esse órgão? Para escutar, avaliar e resolver ou entrar na luta para a resolução dos problemas que afetam diretamente as mulheres. Para receber e apurar reclamações contra o serviço da área de saúde que não esteja sendo prestado satisfatoriamente à mulher, por órgão, entidade pública ou por seus conveniados.

A situação é grave em todo o Brasil. Há lugares aonde o médico somente chega uma vez por semana. E isso quando chega! Uma mulher que está para dar à luz, às vezes em época de chuva, não consegue vir à cidade, perdendo sua criança e a própria vida. Seus parentes não têm a quem reclamar nesse caso.

Para receber e encaminhar, quando necessário, ao Ministério Público, denúncia do ato considerado ilegal, irregular ou arbitrário praticado contra a mulher em órgão, entidade pública da área da saúde ou por seus conveniados.

Quando o Governador veta a Ouvidoria de Saúde da Mulher parece que a saúde da mulher em nosso Estado está às mil maravilhas. Ninguém precisa reclamar nem denunciar nada. (-Lê:)

"Inciso III - acompanhar a tramitação e a análise das demandas recebidas e comunicar a solução à interessada ou a seu representante legal."

Essa proposição de lei está justamente do lado das pessoas mais fracas, que não sabem a quem recorrer para descobrir seus direitos e para acompanhar aquilo que reivindicam. As reivindicações chegam ao órgão público, caem numa gaveta e de lá não saem. A Ouvidoria de Saúde da Mulher tem o papel importantíssimo de dar vez e voz às reivindicações das pessoas que não as têm.

"Inciso IV - Monitorar a qualidade dos serviços relacionados à saúde da mulher e propor medidas para o saneamento da ilegalidade, irregularidade ou arbitrariedade". Quantas vezes mulheres e homens chegam a um posto de saúde para buscar um remédio, sentindo-se mal, e não são atendidos porque não há vagas? Dão um analgésico para o paciente e mandam-no de volta para casa, o que pode piorar a situação, com o agravamento da doença, que ficou mascarada com o medicamento. Há pessoas que ficam inutilizadas para o resto da vida ou morrem por causa desses procedimentos.

"Inciso V - Realizar vistoria em órgão ou entidade pública da área de saúde ou em seus conveniados quando houver indício de ilegalidade, irregularidade ou arbitrariedade na prestação de serviços à mulher". Tenho certeza de que a Ouvidoria da Mulher, na sua atuação, acompanhando, denunciando, fiscalizando, terminará prestando um benefício não apenas à saúde da mulher, mas também à dos homens, das crianças, à saúde como um todo. Esse projeto precisa e deve converter-se em lei, para que tantas pessoas possam beneficiar-se dele.

"Inciso VI - Oferecer informação relativa à assistência e à pesquisa na área de saúde da mulher". Quantas pessoas ignoram tudo o que precisariam saber para ter saúde, para prevenir-se contra o câncer de mama ou outro mal que possa levar à morte em curto espaço de tempo?

"Inciso VII - Sugerir medidas para o aprimoramento da organização e das atividades de órgão ou entidade pública da área de saúde ou de seus conveniados". A Ouvidoria não ficará só denunciando e fiscalizando. À medida que prestar os serviços e acompanhar o trabalho nos órgãos que

cuidam da saúde, com certeza muitas idéias vão aflorar, muitas sugestões aparecerão.

"Inciso VIII - Elaborar regulamento para disciplinar suas atividades".

Então, Srs. Deputados, quando pedimos que derrubem o veto do Governador, não estamos querendo apenas garantir a saúde da mulher, queremos garantir a saúde como um todo. Todos os Deputados e Deputadas que estão aqui, por terem conhecimento, sabem reivindicar e buscar seus direitos, têm caminhos e facilidades, por serem Deputados. Porém há muitos que não têm essa facilidade, muitas pessoas não sabem nem o que falar. Se temos um compromisso com o povo, se temos a certeza de que somos representantes do povo, está na hora de mostrarmos como será nossa representação. Só a ação é coerente. Palavreado em época de campanha de nada adianta quando não sabemos votar aqui dentro, mostrando nosso compromisso com as pessoas. Muito obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, companheiros das galerias, gostaríamos de encaminhar favoravelmente à derrubada do veto à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher.

Tivemos a oportunidade de ser relator dessa matéria na Comissão de Administração Pública, obviamente entendendo o projeto e o objetivo do autor - nosso companheiro Deputado Luiz Menezes. Entendemos a necessidade de propor essa matéria por meio dessa lei.

Como o Governador optou por vetar a proposição de lei, sabemos que, neste momento, a Assembléia tem que dar uma resposta ao povo mineiro, no intuito de derrubar o veto do Governador do Estado, para que possamos votar não com o autor do projeto, mas com a proposta, que é a criação da Ouvidoria de Saúde da Mulher.

O que nos traz a esta tribuna não é apenas o desejo de solicitar aos companheiros que votem contrariamente e fazer o encaminhamento de votação desse veto, mas esclarecer àqueles que estão nos vendo que os Deputados têm se revezado permanentemente nesta tribuna e se utilizado do recurso regimental para fazer a obstrução. Além disso, dizer que o Governo do Estado, o Presidente Antônio Júlio e os Líderes de bancadas possam chegar a um consenso, e o PLC nº 53 possa ser colocado em votação, em 2º turno, porque entendemos que os companheiros da educação, mais do que nunca, já esperaram demais que esta lei seja aprovada.

Sabemos nesta luta. Estamos acompanhando, ao longo deste mandato e, muito antes de chegarmos a esta Casa, já sabíamos que os companheiros da educação se encontravam nesta luta, tentando buscar mais dignidade, segurança, por meio de legislação que permitia assegurar direitos trabalhistas e dar ao Governo alguns deveres. Como isso vem rolando há muito tempo, é necessário esclarecer aos que estão nos assistindo que os Deputados se revezam nesta tribuna constantemente, utilizando o recurso regimental, que é o processo de obstrução, para que se chegue ao consenso. Além disso, é preciso votar outras matérias, uma vez que temos o orçamento do Estado para ser votado, e ainda o Projeto de Resolução nº 2.472/2002, que trata da lei delegada. Precisamos passar por esses projetos, mas, antes de tudo, ver a aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53.

Não posso falar na condição de Líder da Bancada do PDT, mas como membro e Deputado ativo dessa bancada, deixo claro que estarei junto com outros Deputados, participando dessa negociação e desse processo, na busca de consenso e entendimento, para que possamos votar este projeto de extrema importância. Temos conhecimento de que a Secretaria da Educação possui cerca de 220 mil servidores; é a Secretaria com maior número de servidores do Estado. Temos uma gama de educadores que precisam ver essa lei aprovada, para que possam sonhar com o envio da tabela, que, certamente, tratará da questão salarial, dos cargos especificamente, de quanto cada um vai ter, e ainda com a discussão com o Governo sobre a questão salarial de cada servidor. Mas, se nós, Sr. Presidente, não votarmos essa matéria em tempo hábil, até que os trabalhos desta legislatura se encerrem, sabemos perfeitamente, o projeto será arquivado e dependeremos de que o Governador eleito, Aécio Neves, envie novo projeto de lei complementar, o que causará outra longa discussão nesta Casa, para que seja aprovado em comissões, em 1º e 2º turnos, até o Governo sancionar a lei.

Os professores já esperaram muito. Eu não teria essa paciência. Há cerca de duas décadas estão nessa luta. Alguns professores passaram anos esperando esse plano de carreira ser estabelecido e acabaram se aposentando sem ver a lei sancionada. Sabemos que já não dá para empurrar essa matéria. É necessário que seja colocada em 2º turno e encerramos o nosso trabalho não só votando a lei delegada e o orçamento do Estado, mas também - nós, que um dia passamos pelos bancos escolares -, entregando a eles aquilo por que esperaram durante duas décadas.

Não é possível - e eu disse isso aqui ontem, quando aparteei a Deputada Maria José Hauelsen - que os professores continuem com uma grande interrogação na sua cabeça: "Por que não se vota o Projeto de Lei Complementar nº 53? Quais os entraves que estão fazendo que não venha a Plenário?". É necessário esclarecer que o projeto só pode ser colocado na pauta pelo Presidente do Poder Legislativo. É o Presidente que é o responsável pela pauta, e, obviamente, isso é feito com acordos. Queremos que esses acordos ocorram. Queremos que o Presidente desta Casa solicite ao Líder do Governo, Deputado Antônio Carlos Andrada, ao Líder do PSDB e aos demais Líderes que possamos buscar o entendimento e viabilizar a votação desse projeto, que é de extrema relevância. Se temos cerca de 220 mil servidores nessa Secretaria, com certeza temos ali representadas 220 mil famílias. Portanto, é projeto de longo alcance social. Os professores merecem melhor acolhida.

Deixamos claro que estaremos aqui para votar favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar nº 53, mas, antes disso, queremos dizer que estaremos apoiando a derrubada do veto à Proposição de Lei nº 15.267, que o Deputado Luiz Menezes apresentou, criando a Ouvidoria de Saúde da Mulher. Então, Sr. Presidente, solicito aos nobres pares desta Casa que votemos pela derrubada do veto e que possamos também discutir o Projeto de Lei Complementar nº 53, o mais breve possível, buscando alternativas para que venha à pauta e possamos votá-lo, deixando os professores um pouco mais confortáveis neste final de ano.

Agradecemos, Sr. Presidente, e solicitamos o seu empenho para que haja esse consenso e a votação desse projeto possa ser viabilizada. V. Exa. tem grande responsabilidade nesse processo. Esperamos que seja sensível ao nosso questionamento e à nossa solicitação. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, encaminho pela rejeição do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267, por entender que foi esse o entendimento da maioria dos membros desta Casa, que já se pronunciou anteriormente, ao aprovar esse projeto, e que o recebe vetado por parte do Governador. Tivemos oportunidade, durante este Governo, de fazer oposição na Assembléia Legislativa, oposição esta que exercemos por compreender que se trata de um governo equivocado, que não planeja e não planejou. Vejam a falta de planejamento em questão tão importante, como é a saúde da mulher. Conhecer essa situação e ter alguém que possa ouvi-la é muito importante. Temos dados demonstrando que, em nosso Estado, praticamente 50% das mulheres chefiam suas famílias. Os homens deixaram o lar, e ele está sob a responsabilidade das mulheres, que necessitam de um planejamento que garanta a sua saúde. E o Governo veta esse projeto de grande alcance social.

Vemos equívocos ocorrendo em várias situações. Vejam a questão das carreiras no Estado: o desequilíbrio é patrocinado por este Governo. Agora, somos surpreendidos com o aumento de 20% na Taxa de Licenciamento de Veículos, que foi aprovada pelo Executivo há um ou dois anos. Não temos nenhuma contrapartida do Estado, para que ele possa receber essa taxa. Todos os cidadãos mineiros, proprietários de veículos terão de pagar esse acréscimo. Qual a prestação de serviço que o Estado oferece a esses cidadãos? Absolutamente nenhuma. Simplesmente cobra esse tributo e aumenta o seu valor. Em nome de quê? Qual a razão que justifica essa cobrança? Esse é mais um equívoco deste Governo, assim como esse veto. Lembro-me de que, muitas vezes, como Deputado de oposição, ao ocupar esta tribuna, via na nossa

frente 17 vetos, atropelando a Assembléia Legislativa a todo o tempo. Lembro e repito: houve períodos em que havia uma pauta na Assembléia Legislativa com 17 vetos a proposições de Deputados. Equívocos constantes por parte de um governo que não planejou e que chega a um final melancólico.

Vimos, aqui, apelo do Dr. Luiz Menezes, reconhecendo que este foi um Governo equivocado e fazendo críticas duríssimas a ele.

É um Governo que se encerra melancolicamente, com vetos a propostas, como a ligada à saúde da mulher. Qual a razão de se vetar um projeto que cuida da saúde da mulher no Estado de Minas Gerais? Quais as argumentações deste Governo para vetá-lo? Espero que a Assembléia Legislativa corrija esse equívoco do Governo, equívoco que vemos em relação a instrumentos tão importantes para o Estado, como os planos de carreira, especificamente o Plano de Carreira do Magistério, essencial ao Estado e aos nossos professores e professoras, à área da educação; educação que sofre no Estado e em Belo Horizonte, quando a Câmara Municipal aprova uma lei, determinando que a Prefeitura não mais precisa investir 30% nessa área, como determina a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Pode investir 25% e usar os recursos destinados à bolsa-escola, como se fossem gastos com a educação. Isso está provado em Belo Horizonte. Presenciamos ataques à educação.

Lamentavelmente, vemos um Governo que permaneceu por quatro anos e não enviou para a Assembléia Legislativa um instrumento tão importante, não nos esquecendo da responsabilidade dos outros Governos, que têm responsabilidade, pois teriam de dar à área da educação em nosso Estado o que é seu direito: o plano de carreira, tão importante para esse segmento. Infelizmente, não tivemos isso desses Governos, nem do atual, que se encerra melancolicamente. Estamos hoje em um processo de obstrução, para que seja votado o plano, que é um direito do magistério. Agora insistimos para que seja votado, depois de quatro anos de um Governo equivocado, que não deu prioridade ao que é prioritário. Existe algo mais prioritário do que a educação, do que a saúde? São funções prioritárias de Governo. Se analisamos o orçamento que, efetivamente, o Estado teve oportunidade de cumprir, veremos que, a cada ano, o Governo vem investindo menos na educação e na saúde.

Esse Governo termina melancolicamente, com direitos da área da saúde e do magistério não atendidos, e com as pessoas das nossas colônias também não tendo seus direitos atendidos. Agora, no final do ano, aqui na Assembléia Legislativa, nas galerias, veremos retratado o equívoco que foi esse Governo. Assistiremos, em janeiro, ao aumento das cobranças do IPVA, da taxa de licenciamento de veículos, enfim, ao aumento da arrecadação do Governo. Porém, não teremos a contrapartida nas funções de Governo: saúde e educação. Aquilo que o Governo recebeu a mais, não veremos aplicado na educação nem na saúde. Mas veremos que foi aplicado nas consultorias, em pessoas que vieram de fora do Governo para serem consultores, assessores especiais. Os servidores foram esquecidos neste Governo, enquanto foram lembrados os assessores especiais, que receberam, por mês, polpudas quantias com estes nomes: consultoria especial, assessoria especial. Este Governo equivocado se esqueceu das funções mais importantes: saúde e educação. Veremos, neste final, direitos dos nossos servidores, consagrados nas Constituições, não serem atendidos. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como previsto, a votação com um quórum reduzido fez prevalecer um veto injusto à questão da Ouvidoria de Saúde da Mulher.

É lamentável que o veto a um projeto tão importante tenha prevalecido. Esse resultado era de se esperar devido ao quórum reduzido, mas os Deputados insistiram tanto em votar... Podiam ter deixado essa votação para outro momento.

O Deputado Ermano Batista (em aparte) - Esse seu lamento é descabido, porque se o PT tivesse votado derrubaria o veto.

O Deputado Rogério Correia - Se o PSDB não tivesse votado, não haveria quórum. Assim, poderíamos votar posteriormente.

O Deputado Ermano Batista (em aparte) - O mais certo seria o PT ter votado.

O Deputado Rogério Correia - Ou o PSDB não ter votado.

O Deputado Ermano Batista (em aparte) - Por que o PT não votou?

O Deputado Rogério Correia - Por que o PSDB votou, sabendo que o quórum era reduzido?

O Deputado Ermano Batista (em aparte) - O PSDB votou para derrubar o veto.

O Deputado Rogério Correia - Mas votou sabendo que o quórum era pequeno; portanto, é evidente que, se não tivesse votado, como o PT sugeriu, não teria sido derrotado e, em outro momento, seria aprovado. O Plenário quis obrigar o PT a acabar com o processo de obstrução, que é regimental. Evidentemente, V. Exa. sabia que o resultado seria esse. Infelizmente.

Sr. Presidente, agora gostaria de discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.266, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bueno Brandão o imóvel que especifica. O parecer da relatora, Deputada Maria Olívia, é pela rejeição do veto.

O Governador do Estado, Itamar Franco, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto total a essa proposição de lei, justificando ser do interesse público, embora reconheça como nobre a iniciativa do parlamentar. Segundo o Governador, o imóvel em questão, incorporado ao patrimônio do Estado em decorrência da liquidação da MinasCaixa, é pretendido pelas Secretarias da Segurança Pública e da Saúde e pela Polícia Militar. E a doação, segundo ele, contraria a política adotada pela atual administração, no sentido de preservar o patrimônio público estadual, somada ao empenho de reduzir despesa em locação de imóveis destinados ao seu serviço. Essas são as razões que o Governador remeteu à Assembléia Legislativa para justificar o veto total a essa proposição de lei.

A proposição de lei é bastante simples e diz: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Bueno Brandão imóvel constituído por terreno com área de 405m<sup>2</sup>, situado nesse município. O imóvel descrito destina-se à construção da sede do Poder Legislativo do município. O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º - construção da sede do Legislativo.". Essa foi a proposição de lei vetada.

A Deputada Maria Olívia analisou o veto e concluiu por sua rejeição, criticando as razões do Governador. Lembra, contrariando a tese do Chefe do Executivo, que os bens do patrimônio público devem servir primeiramente ao interesse coletivo, no que tem ampla razão.

Aliás, essa seria uma das razões a serem invocadas pelo Governador para opor veto à proposição analisada. A outra seria de ordem constitucional. (- Lê:)

"Já a economia para o erário não pode ser oposta ao interesse que o domínio do bem representa para a comunidade local. Abrigando o Poder Legislativo, representante por excelência do Estado democrático, o imóvel atenderá mais ao interesse público do que se permanecesse como ativo do Tesouro". Esse é o entendimento da Deputada Maria Olívia, com o qual concordo. Votarei, também, para que esse veto seja rejeitado. Ao discuti-lo, continuamos o processo de obstrução na Casa. Infelizmente, ainda nada tivemos de concreto para terminar o processo de obstrução, cujo objetivo é a votação do plano de carreira dos trabalhadores em educação. Há dois anos discutimos esse plano de carreira que, de repente, é paralisado na última comissão em que ia tramitar. Mas para fazer obstrução gostaria que os Deputados estivessem em Plenário.

Sr. Presidente, pedi a verificação de quórum exatamente para que mais Deputados pudessem discutir a razão do veto do Governador à Proposição de Lei nº 15.266.

O interessante dessa proposta é que o objetivo da doação do imóvel, solicitado pelo Deputado autor da proposta, era que, em Bueno Brandão, o Poder Legislativo tivesse sua sede própria. Isso é importante em um município do interior, pequeno, porque, em geral, o Poder Legislativo costuma funcionar junto à Prefeitura. O Prefeito só falta votar a lei. Ele veta e praticamente - como se diz - manda no Poder Legislativo.

Sr. Presidente, esse caso do plano de carreira é uma situação inusitada. O Governador nem tomou posse e, pelo que parece, já dá ordens à Assembléia Legislativa. Realmente é uma situação estranha. Talvez em Bueno Brandão, se conseguirmos derrubar o veto e construirmos a sede do Legislativo, o Poder Legislativo seja mais autônomo que na nossa Casa Legislativa.

O plano de carreira é um projeto do Governador Itamar Franco, que ainda é o Governo. Foi discutido durante dois anos com o servidor, formou-se uma comissão paritária, chegou-se a uma conclusão, remeteu-se o projeto a esta Casa. O Líder de Governo, Deputado Antônio Andrade, deve ter interesse na aprovação do projeto, mas ele não anda porque o Líder do futuro Governo, que ainda não assumiu, não quer que o projeto ande. Esse é o papel que estamos desempenhando no Legislativo mineiro.

Não sei se o fato de construirmos uma sede em Bueno Brandão, para o Poder Legislativo, resolverá o problema, porque aqui temos sede própria da Assembléia Legislativa, muito bem construída, em funcionamento, mas, mesmo assim, a autonomia do Poder Legislativo, especialmente em fim de mandato, não se efetiva.

É com muita tristeza que fazemos essa observação, porque um projeto como esse do plano de carreira, discutido exaustivamente pelo atual Governo, simplesmente é paralisado em sua última comissão, em 2º turno, porque não há um posicionamento do futuro Governo. O Governo atual o remeteu à Assembléia sem nenhum custo para o futuro Governo, a não ser quando for enviada uma outra tabela, também pelo futuro Governo, que poderá fazer todos os cálculos que quiser de custos. Portanto, se não se justifica o problema do gasto, realmente, parece-me que falta vontade política para resolver essa questão.

Claro que temos tentado e apresentado saídas para serem analisadas pela equipe de transição do Governo Aécio Neves, até porque nos interessa que essa questão do plano de carreira seja resolvida.

A LDB exige que os Estados e municípios tenham planos de carreira, a fim de receberem os repasses do FUNDEF e da União. A carreira dos trabalhadores em educação do Estado terminou, porque o reajuste diferenciado, a tal Parcela de Remuneração Compensatória - PRC -, achatou o salário dos mais antigos. É preciso que a carreira seja estabelecida, como determina a LDB. Infelizmente, quando estamos com tudo pronto para que isso ocorra, entramos neste impasse.

Ainda tenho cerca de 24 minutos para tentar convencer os colegas da importância do plano de carreira, especialmente o Deputado Antônio Carlos Andrada, que, tenho certeza, nos ajudará muito no convencimento que fará à equipe de transição do futuro Governador, Aécio Neves. O Deputado Edson Rezende também tem discutido exaustivamente esse tema e terá argumentos convincentes. Os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Maria José Hauelsen, além de vários outros colegas, também participarão do processo de obstrução, a fim de mostrar a importância do plano de carreira para os servidores.

Esse projeto não está na pauta, mas sim o projeto de resolução que delega ao Governador atribuição para elaborar lei delegada. Está sendo examinado a toque de caixa. Ninguém sabe o conteúdo da futura lei. Alguns Deputados questionam o plano de carreira porque não sabem o seu custo. Mas não sabem nada acerca da lei delegada, se acarretará mais custos, quais Secretarias serão extintas ou criadas. Isso não é questionado, mas obedecido. Se o futuro Governador mandou, deve ser obedecido. É uma situação descabida: a um projeto se pedem todos os cálculos, são examinadas todas as vírgulas. Se uma delas não for esclarecida, não será aprovado. O outro é votado no escuro, ou seja, dá-se um cheque em branco, porque ninguém sabe de fato o que será e o que ocorrerá. O futuro Governo começa mal, não existe diálogo, enfrenta os professores sem justificativa, enfrenta a Oposição, nesta Casa, sem discussão democrática. Está aproveitando um momento difícil da Assembléia: como muitos Deputados não foram reeleitos, querem um espaço político - o que é justo - no futuro Governo, de cuja vontade ficam dependentes. Outros julgam que poderão participar efetivamente do Governo.

Esse é o quadro em que nos encontramos. Por isso o diálogo não se estabelece, com a desculpa de que não existe equipe de Governo. Mas essa equipe não existe para dialogar. Para impedir a votação do plano de carreira, existe equipe de transição, existe tudo. Fica, aqui, a nossa torcida por que esse processo mude.

Continuarei discutindo o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.266, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bueno Brandão o imóvel que especifica. É um projeto de lei de autoria do Deputado Durval Ângelo.

O imóvel descrito nesse artigo destina-se à construção da sede do Poder Legislativo do supracitado município. É evidente que o Deputado Durval Ângelo vai esclarecer-nos o motivo desse projeto de lei, mas creio que deve ser exatamente para aquilo que imaginávamos, dar maior autonomia e independência ao Poder Legislativo diante do Poder Executivo, para que possa exercer melhor seu papel fiscalizador do Executivo. Isso é um pouco do que se busca nesta Casa, uma autonomia diante do futuro Governo. Trata-se de uma tarefa árdua, mas importante, uma vez que é preciso que o Poder Legislativo tenha condições de cumprir seu papel de agente fiscalizador, de elaboração de leis importantes, votação de leis que possam vir do Poder Executivo.

Estamos vivendo uma situação inusitada. O Poder Executivo manda um projeto para instituir a carreira dos professores, e o Poder Legislativo não vota, emperra o projeto: Já vi o contrário: o Poder Legislativo apresenta projetos de lei criando carreira, aumentando salários, e o Executivo veta, alegando não ter dinheiro. Desta vez, o Executivo envia o projeto para a Assembléia Legislativa e diz: "Está aí o plano de carreira dos professores; podem votar, que essa é a vontade do Executivo". O Legislativo diz: "Não. Não queremos o plano de carreira dos professores. Não vamos votá-lo". Então, seguram o projeto. Essa é realmente uma situação inusitada. Falta de entendimento, de vontade política e de compromisso com os professores num projeto tão importante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fato os professores vêm, há muito tempo, insistindo em obter esse plano de carreira. O Governador eleito Aécio Neves, é eleito, não tem conhecimento de nada, ainda está em Brasília, e simplesmente seu primeiro ato é para solicitar que o plano de carreira dos professores não seja aprovado. O primeiro ato do Governo é comprar uma polêmica com os trabalhadores da educação!

Depois reclamará que os professores entram em greve e dirá que isso é radicalismo. Agora, no momento em que se pode discutir, nega-se a fazer discussão. Ao mesmo tempo em que se nega a discutir, pede uma delegação para fazer o que quer com as secretarias, com os cargos criados, como desmanchar, desmontar. Sei lá o que é essa lei delegada e se isso não vai ser um desmanche do setor público. Vindo dos governos tucanos, sempre foi o sucateamento do serviço público, com desculpa de enxugamento de cargos. Parece que os tucanos acostumaram-se a obedecer ordens de restrição do Fundo Monetário Internacional. Além disso, entram jogando na defesa do desmanche do setor público e no ataque aos direitos do funcionalismo público. Isso é ruim tanto para o funcionalismo como para o serviço público, e especialmente para os setores que mais necessitam dele, que são as camadas populares mais empobrecidas.

Esse é exatamente o movimento que vemos. Há um sentido claro, portanto, de ataque ao serviço público. Por isso, vemos que esse processo é muito ruim. Não podemos dar-lhe continuidade.

O Deputado Edson Rezende\* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a busca da autonomia dos Poderes é fundamental. Um Legislativo independente, com relação de autonomia com o Executivo, constrói no Estado e na cidade nova relação democrática em que os Poderes são respeitados.

A vontade do povo, representada pelos Deputados Estaduais, na Assembléia, e pelos Vereadores, na Câmara Municipal, torna-se pressuposto básico nessa relação, pois o interesse da população está em primeiro lugar. Assim, evitam-se pressões localizadas de Governadores ou Prefeitos, no sentido de fazerem valer em interesses pessoais ou corporativos. Precisamos ver vigorar o interesse do coletivo, da maioria.

Esse projeto vetado pelo Governador tem, em seu plano de fundo, a busca da isonomia da Câmara Municipal de Bueno Brandão, iniciativa que louvamos. Quisera que as Câmaras Municipais de todas as cidades de Minas também buscassem sua independência, podendo decidir suas questões de acordo com a vontade da população.

Mas, na verdade, a nossa luta é pela educação, e o motivo dessa obstrução não começa nem termina com esse projeto relativo ao plano de carreira dos servidores da educação. Começa antes, quando, nos bancos escolares, assistíamos às aulas. Ali começou nosso compromisso com a educação, que muda o nosso destino, constrói um novo futuro e nos faz olhar o mundo de forma diferente, mais clarividente.

Os homens e mulheres querem a verdade e o entendimento da realidade, para poder mudá-la. Para isso, é necessário um esforço coletivo, que começa pelas idéias e pelo exercício do pensamento.

No debate de idéias, poderemos construir um novo momento. Todas as nossas ações se iniciam com um pensamento, que nos conduz às idéias, que nos podem parecer utópicas, um sonho. A partir do exercício da nossa capacidade de pensar e elaborar, construímos o novo momento interno, que, quando coletivizado, participa do início de um novo mundo. No dizer de um educador mineiro, "nascemos todos diferentes", cada um com sua realidade, suas características. Somente a educação de qualidade para todos pode nos nivelar, pois o conhecimento nos coloca no patamar superior, no sentido da elevação do espírito e do conhecimento para a construção do coletivo.

Estamos, determinadamente, na obstrução para que o plano de carreira dos servidores da educação chegue a Plenário. Esperamos que o Deputado Antônio Carlos Andrada possa nos apresentar uma decisão favorável ao plano dos servidores. A aprovação desse projeto significa o resgate da categoria, para que os servidores da educação olhem para o ano de 2003 com mais esperança, mais vontade e mais garra para transformar este mundo. Por meio dos conhecimentos ministrados às crianças e aos adolescentes, poderemos crescer como nação. A aprovação desse projeto trará novo gás, nova energia, nova esperança para os servidores da educação. Os servidores públicos, vendo que os dirigentes do Estado reconhecem-lhes os direitos, sentir-se-ão valorizados em seu trabalho. O trabalho do professor é diuturno, trabalha dia e noite, quer na sala de aula, quer em casa corrigindo deveres ou elaborando planos de aula. Inclusive nas férias, preocupa-se com o próximo ano e ministra aulas de recuperação a alunos necessitados. Creio que a aprovação do plano de carreira será o melhor presente de Natal que se poderá dar aos servidores da educação, extensivo a todas as crianças e adolescentes do ensino público do Estado, assim como a seus pais, que reconhecem na escola o mais importante instrumento na construção do futuro de seus filhos. Daremos um presente de Natal para o povo mineiro, para todos aqueles que anseiam por uma educação de melhor qualidade no Estado.

Por isso o PT defende a aprovação do plano de carreira. Aí, sim, teremos cumprido nosso papel, iremos para casa tranquilos, encarando os professores, serviçais e tantos outros, que nos agradecerão a aprovação do projeto que, há muitos anos, esperamos.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Marcelo Gerônimo Gonçalves, matrícula 7771-2, no período de 23/11/2002 a 6/1/2003.

Mesa da Assembléia, 10 de dezembro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros. Objeto: seguro para 4 veículos. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual. Vigência: de 20/12/2002 a 19/12/2003. Dotação orçamentária: 339039-127.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2002

CONVITE Nº 43/2002

Objeto: aquisição de diversos materiais elétricos. Licitantes habilitadas: Universo Elétrico Ltda., Othon de Carvalho & Cia. Ltda., Comercial Elétrica Contagem Ltda., Comercial JRE Ltda. e Loja Elétrica Ltda.